

# Primeira Região

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano V - n.º 46 - junho 2014

em revista

ISSN 2238-9476

## De bike é legal

Problemas ambientais e de mobilidade urbana têm sido o combustível de uma nova alternativa de transporte que conquistou a Europa, vem ganhando espaço no Brasil e inspirou programa permanente do TRF da 1.ª Região



### INSTALAÇÃO

Turma Recursal Permanente dará celeridade a recursos no Piauí



### DECISÃO

Cartão de crédito: banco não tem culpa quando o erro é do cliente



## A stylized illustration of a tree where the trunk and branches are formed by green and yellow pipes. The tree is rooted in a classical building with four columns. Various icons representing sustainability, technology, and nature are placed along the branches, including a lightbulb, a brain, a recycling symbol, a car, a house, a person, and a bicycle.



Exercer o simples direito de ir e vir, deslocando-se dentro do espaço urbano sem inconvenientes, de modo confortável e seguro, para realização de atividades cotidianas em um tempo razoável, está cada vez mais complicado. Entre os grandes desafios das cidades contemporâneas, a mobilidade urbana é, sem dúvida, um dos que mais têm tirado o sono das autoridades e especialistas em trânsito e em transporte nos últimos tempos. A razão disso, certamente, tem a ver com o fato de que é um assunto que mexe com a vida das pessoas, interferindo, direta ou indiretamente, em seu dia a dia e na qualidade de vida delas, além de impactar fortemente na economia local. Os problemas decorrentes da ocupação desordenada, do aumento do número de veículos nas ruas, da poluição do ar são determinantes para o caos da mobilidade urbana instalado hoje nas grandes cidades brasileiras. Eles vão desde o aumento das doenças respiratórias, do estresse e da queda de produtividade, a perdas ou à má conservação no transporte de produtos perecíveis além dos danos ambientais ocasionados pela emissão de CO e CO2 pelo elevado número de veículos em circulação.

Diante da necessidade de se pensar na implantação de formas sustentáveis de mobilidade, como sistemas sobre trilhos, metrô e trens, uma alternativa que vem ganhando adeptos em todo o mundo é o uso da bicicleta como meio de transporte. A opção viável e ecologicamente correta é utilizada, há tempos e em larga escala, em países de primeiro mundo como a Holanda, a Dinamarca e a Alemanha.

No compasso do desenvolvimento sustentável, a Primeira Região em Revista aborda o tema e mostra como a questão da mobilidade via bike é encarada por outros países como uma solução simples e bem sucedida. Na reportagem especial de capa, o repórter Ricardo Cassiano fala das vantagens, dos riscos e dos cuidados necessários para adoção da prática do ciclismo como transporte alternativo.

A reportagem traz, ainda, a experiência do TRF da 1.ª Região com o projeto “Vem de Bike que é Legal”, lançado no final do mês de maio com o objetivo de estimular o uso da bicicleta como meio de transporte e também como alternativa para o grave problema de falta de estacionamento nos arredores do Tribunal. O TRF1 oferece estrutura adequada para os servidores e colaboradores ciclistas que optem por deixar seus carros em casa e entrar nessa onda de transporte saudável e sustentável. Vale conferir.

Nesta edição você acompanha também as mudanças de gestores nas seções e subseções judiciais da 1.ª Região e no Sistema de Conciliação da 1.ª Região, o Sistcon. Os novos diretores de foro foram designados pelo presidente Cândido Ribeiro e empossados simultaneamente no dia 1.º de junho, em toda a 1.ª Região, para o biênio 2014-2016. Já a conciliação na 1.ª Região está, agora, sob a responsabilidade da desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, que assumiu o cargo no dia 23 de maio. Na entrevista do mês, você vai saber os planos da nova coordenadora, que fala das expectativas à frente do sistema de conciliação e como pretende fazer para que a cultura da conciliação seja ampliada no âmbito da 1.ª Região da Justiça Federal.

Você acompanha também a cobertura da solenidade de posse do mais novo membro do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, o desembargador federal Marcos Augusto de Sousa, empossado no dia 25 de junho.

Ainda nesta edição, os detalhes da instalação da Turma Recursal Permanente na Seção judiciária do Piauí; a assinatura do convênio entre o TRF da 1ª Região e o da 4.ª Região para utilização do Sistema Eletrônico de Informações deste Regional; e o andamento do trabalho do Comitê Gestor do Planejamento estratégico da Justiça Federal, que realizou seu terceiro encontro nos dias 2 e 3 de junho e validou os objetivos estratégicos para o período de 2015 a 2020.

Aproveite a leitura!

Ivani Morais

Assessora de Comunicação Social

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

CÂNDIDO RIBEIRO - Presidente  
NEUZA ALVES - Vice-Presidente  
CARLOS MOREIRA ALVES - Corregedor Regional da 1.ª Região

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
OLINDO MENEZES  
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO  
TOLENTINO AMARAL  
HILTON QUEIROZ  
I'TALO MENDES  
JOSÉ AMILCAR MACHADO  
DANIEL PAES RIBEIRO  
JOÃO BATISTA MOREIRA  
SOUZA PRUDENTE  
MARIA DO CARMO CARDOSO  
FRANCISCO DE ASSIS BETTI  
REYNALDO FONSECA  
ÂNGELA CATÃO  
MÔNICA SIFUENTES  
KASSIO MARQUES  
NÉVITON GUEDES  
NOVÉLY VILANOVA  
NEY BELLO  
CANDIDO MORAES

### Diretor-geral da Secretaria

Carlos Frederico Maia Bezerra

### Secretário-geral da Presidência

Deyr Gomes Júnior

### Conselho Editorial:

Secretário-geral – Deyr Gomes Júnior  
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes  
(Reg. Prof. DF 2747)  
Supervisora de Produção de Jornal – Claudia Bernal  
Supervisora de Imprensa – Martha Hormann  
Assessora Adjunta VI – Mara Bessa

### Editora-Chefe

Ivani Moraes

### Editora-Executiva

Claudia Bernal

### Redatores

Claudia Bernal (Reg. Prof. DF 8222198), Euvaldo Pinho, Ivani Moraes  
(Reg. Prof. DF 2747), Jair Cardoso (Reg. Prof. DF 7577), Mara Bessa,  
Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026), Thainá Salviato (Reg. Prof. DF  
7686) e Vera Carpes

### Estagiários

Aline Oliveira, Júlio César Lemes e Rhayne Ravanne

### Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções  
Judiciárias da 1.ª Região e Gildete Silva

### Revisão

Mara Bessa e Lúcia de Souza

### Editoração

Jordânia J. Alves

### Fotos

Carlos Rodrigues, Euvaldo Pinho, Mauro Putini, Proforme, Ramon  
Pereira e Secos da 1.ª Região

### Chapas CTP

Studio produções gráficas

### Impressão

Gráfica do TRF da 1.ª Região

### Tiragem

1.000 exemplares  
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

### Contato

primeiraregioemrevista@trf1.jus.br

### Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores  
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3  
CEP: 70095-900  
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985  
e-mail: ascom.trf1@trf1.jus.br



12 | Capa

TRF1 incentiva alternativa sustentável de mobilidade urbana

Acesse [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)



Primeira Região em Revista/ Tribunal Regional  
Federal da Primeira Região, Assessoria de  
Comunicação Social. – Vol.1, n.1 (maio 2010)-  
- Brasília : TRF-1ª Região, 2010-  
v.

Mensal  
Publicada também *on line*  
Continuação de: Revista Destaque  
ISSN 2238-3476 (publicação impressa)

1. Justiça Federal – Periódico I. Tribunal Regional  
Federal da Primeira Região, Assessoria de  
Comunicação Social.

CDD 341.992

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca





## 40 Painel

Novos diretores de foro das seções e subseções judiciárias da 1.ª Região assumem trabalhos do biênio 2014-2016



EVALDO PINHO

## 54 Por aí

As relíquias da cidade de Congonhas, em Minas Gerais



INTERNET

## 62 Saúde

Veja o que você pode fazer para prevenir a lombalgia

## 6 Entrevista

Desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso assume a coordenação do Sistema de Conciliação da 1.ª Região e fala das expectativas e projetos do biênio

## 32 Posse

Marcos Augusto de Sousa é o novo desembargador federal do TRF 1ª Região

## 36 Cooperação

TRF1 celebra acordo para utilização do Sistema Eletrônico de Informações da 4ª Região

## 46 Institucional

Terceiro encontro do Comitê Gestor discute Planejamento Estratégico da Justiça Federal

## 58 Panorama Primeira Região

Um giro pelas decisões judiciais das seções e subseções judiciárias





RAMON PEREIRA



Nova coordenadora do Sistcon, desembargadora Maria do Carmo Cardoso, fala da importância da conciliação para ampliação do acesso à Justiça e conta como pretende atuar para ampliar as ações da área para garantir maior celeridade e efetividade na prestação jurisdicional.

▀ POR THAINÁ SALVIATO

A desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso foi designada para coordenar o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região (Sistcon) durante o biênio 2014-2016. A própria magistrada já declarou ter perfil conciliatório e disse que acompanha as ações da área há muito tempo. Em entrevista à Primeira Região em Revista, a coordenadora destacou o valor que a conciliação possui atualmente, transparecendo uma mudança de paradigma. “É uma nova cultura para garantir a todos maior celeridade e efetividade na prestação jurisdicional”, declarou. Maria do Carmo Cardoso falou também da importância dos mutirões de audiências como forma de difundir e demonstrar o poder da conciliação na resolução dos conflitos judiciais e revelou a intenção de melhorar a estrutura do sistema: “nosso primeiro objetivo agora é melhorar a estrutura das unidades de conciliação, tanto em relação à melhoria das instalações físicas quanto na alocação de recursos humanos”. A desembargadora destacou, ainda, a importância da conciliação pré-processual e falou de que forma o Sistcon vai atuar para incentivar a prática. “É um instrumento efetivo de prevenção de litígios, e os programas já em andamento estão reduzindo a judicialização dos conflitos de interesses”, ressaltou. Na coordenação do Sistema, Maria do Carmo Cardoso revelou que pretende ampliar as possibilidades de conciliação, incluindo, inicialmente, nas áreas de atuação do Sistcon as execuções fiscais tributárias e não tributárias. A desembargadora afirmou estar muito empolgada para lidar com os desafios que vai encontrar. “Estou muito empolgada e comprometida em continuar semeando a cultura da conciliação. Vamos trabalhar para superar os obstáculos e possibilitar maior acesso da população aos serviços prestados pelo Poder Judiciário”. Confira a entrevista!

**A senhora revelou, no dia de sua posse como coordenadora do Sistcon, ter o perfil conciliatório e que acompanha as ações da área há muito tempo. Na sua perspectiva, qual a importância da conciliação para a melhoria da prestação jurisdicional?**

Na atualidade, o Poder Judiciário está absolutamente sobrecarregado com o volume de demandas, e a população se ressentida com a demora na tramitação dos processos. O valor que hoje se confere à conciliação, à priorização de métodos consensuais para a solução de conflitos, transparece em uma mudança de paradigma, uma nova cultura para garantir a todos maior celeridade e efetividade na prestação jurisdicional, em um contexto de entendimento mútuo e harmonização das relações. A conciliação assegura a pacificação social e a satisfação dos jurisdicionados, pois eles mesmos constroem, com autonomia e solidariedade, a melhor solução para o seu problema, com redução de tempo e de custos. A conciliação se consolida como alternativa eficaz, simples, rápida e satisfatória para a resolução de conflitos, pois ela resolve tudo em um único ato, favorecendo o diálogo entre os envolvidos, permitindo que as próprias partes cheguem à solução mais justa e adequada para o litígio. O incentivo à conciliação é um ponto de partida para que o país possa oferecer uma Justiça mais acessível, rápida e efetiva, mas isso não significa a falência do Poder Judiciário na sua atuação ordinária.

**Recentemente, a senhora declarou enxergar na conciliação a eficácia da Justiça. A senhora acredita que esse é o melhor caminho para desafogar o Judiciário e para diminuir o tempo de espera daqueles que buscam o Judiciário para a resolução de seus conflitos?**

Com certeza! A conciliação se traduz em simples acordos que poderão ser realizados tanto nos processos já em trâmite quanto nos conflitos que sequer chegaram a se transformar em ações judiciais. A atividade pode ser desenvolvida por meio de conciliadores voluntários, selecionados nas próprias comunidades. Eles podem atuar nas unidades judiciais bem como nos bairros, vilas e distritos distantes, até mesmo em municípios que não sejam sede de jurisdição, sob a fiscalização, o acompanhamento e a supervisão do Judiciário, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Assim, o serviço de conciliação estará disponível a todos os interessados

e será acessível às diversas modalidades de jurisdição, a partir de providências mínimas. Os procedimentos são simplificados e informais. O caminho judicial, no entanto, não fica excluído, caso a tentativa de acordo não tenha êxito. Não há dúvidas, assim, de que o estímulo à conciliação é o melhor caminho para a prestação judicial, com rapidez e eficácia na resolução dos conflitos.

**Nas cinco primeiras edições da Semana Nacional de Conciliação (2006 a 2010), a 1.ª Região realizou 25.782 audiências e celebrou 17.826 acordos, atingindo um índice de 69% de conciliações. Somente na edição de 2013, foram realizadas 11.075 audiências e celebrados 10.162 acordos, elevando o percentual de conciliações para 91,76%. No mesmo ano, o TRF1 obteve o maior percentual de êxito em conciliações envolvendo o SFH, com o fechamento de 859 acordos que recuperaram mais de R\$ 77,4 milhões. A que se pode atribuir essa evolução, e qual a importância da participar da Semana?**

É absolutamente natural o aumento do número de conciliações, não somente na Justiça Federal da Primeira Região como em todo o país. Há casos em que um processo que tramita no Judiciário há mais de dez anos se resolve em uma única audiência, com duração de aproximadamente vinte minutos. A forma rápida de solução do litígio vai se disseminando, e as pessoas buscam com mais interesse a resposta das demandas pela conciliação. A Semana Nacional de Conciliação é realizada uma vez por ano e propicia a todos aqueles que possuem ação judicial a chance de chegar a um acordo justo e bom para todos.

**Somente nos três primeiros meses de 2014 já foram homologados 26.532 acordos na Primeira Região, muitos deles por ocasião da realização de mutirões de audiências. Qual a importância desses mutirões e como a senhora pretende aprimorar o desenvolvimento dessas ações?**

Nos mutirões realizados nas seções e subseções judiciais, temos a oportunidade de difundir e demonstrar o poder da conciliação na resolução dos conflitos judiciais. A importância desse trabalho concentrado é disseminar aos jurisdicionados a cultura da paz e do diálogo e proporcionar às partes uma experiência exitosa de conciliação. As unidades de conciliação já mantêm uma agenda de mutirões que vem



sendo rigorosamente cumprida. As seções judiciárias do Distrito Federal e de Minas Gerais, além dos mutirões, ainda mantêm agenda permanente de sessões de conciliação. Nosso primeiro objetivo, agora, é melhorar a estrutura das unidades de conciliação, tanto em relação à melhoria das instalações físicas quanto na alocação de recursos humanos, para que possamos ampliar os movimentos de conciliação em toda a Justiça Federal da Primeira Região. Nossa meta é consolidar o movimento como projeto permanente que conte com a participação colaborativa e solidária de todos.

**Quanto ao incentivo da conciliação pré-processual, de que forma o Sistcon vai trabalhar para estimular essa prática?**

Nossa intenção, neste momento, é direcionar esforços para incentivar a conciliação pré-processual. É um instrumento efetivo de prevenção de litígios, e os programas já em andamento estão reduzindo a judicialização dos conflitos de interesses. Nesse procedimento, basta que o interessado, antes de ajuizar o processo, entre em contato com o setor de conciliação no seu estado ou município e forneça informações sobre seu conflito ou sobre o negócio jurídico para o qual busca solução e a intenção conciliatória. Será marcado, desde logo, um encontro entre os envolvidos, sob a orientação do Judiciário, e, assim, as partes podem chegar a um acordo e resolver o problema que poderia levar anos correndo na Justiça, gerando despesas e até transtornos emocionais. Recentemente, preparamos uma minuta de resolução para definir a forma, a tramitação e o destino das reclamações pré-processuais, e, em breve, o TRF1 terá regulamentado essa via conciliatória.

**Hoje, o sistema de conciliação atua basicamente nas áreas do Sistema Financeiro da Habitação e da Previdência. Ao assumir a coordenação do Sistcon, a senhora revelou já ter alguns planos em mente para ampliar as possibilidades de conciliação. Quais seriam essas medidas?**

Pretendo ampliar, inicialmente, as áreas de atuação do sistema de conciliação para as execuções fiscais tributárias e não tributárias. Atualmente, estão em tramitação na Justiça Federal milhares de ações judiciais referentes à cobrança de anuidades ou de multas por conselhos profissionais. Os valores cobrados, na maioria das vezes, são de pequena

RAMON PEREIRA



“

O serviço de  
conciliação estará  
disponível a todos os  
interessados e será  
acessível às diversas  
modalidades de  
jurisdição

”

monta, de modo que poderiam, mediante acerto com essas entidades, ser objeto de cobrança por meio de reclamações pré-processuais. Tenho projetos também de atuação em litígios objeto de ações civis públicas, de servidores, de desocupação de grandes áreas, como, por exemplo, nas ações do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) para a construção ou ampliação de estradas.

**Quais expectativas a senhora tem em relação ao trabalho no Sistcon e que desafios acredita que vai encontrar?**

Estou muito empolgada com o SistCon e comprometida com o continuar semeando a cultura da conciliação. Minha intenção é desenvolver e consolidar a conciliação como

projeto permanente nas seções e subseções judiciárias da Primeira Região. Nosso maior desafio é a falta de estrutura física e de recursos humanos nas unidades de conciliação. Ademais, são escassos os recursos financeiros que possibilitam melhorar a estrutura dessas unidades. Mas vamos trabalhar para superar esses obstáculos e possibilitar maior acesso da população aos serviços prestados pelo Poder Judiciário. Uma Justiça mais acessível, efetiva, simples e informal é o de que necessita a população brasileira. É indispensável, portanto, divulgar a existência dessa nova maneira de resolver os litígios. O diálogo entre as partes, antes ou depois de ajuizada uma ação judicial, é fundamental para se encontrar a melhor solução para todos. ■



Minha intenção é desenvolver e consolidar a conciliação como projeto permanente nas seções e subseções judiciárias da Primeira Região



RAMON PEREIRA







# O mesmo, esse famoso curinga

Quem ainda não deparou com a famosa frase “Antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo se encontra neste andar”? É frequente o emprego da expressão o mesmo com a intenção de evitar a repetição de palavras, como, no exemplo, a da palavra “elevador”. Pelo visto, os redatores escrevem assim com receio de usar os vocábulos ele, o, ela etc., o que, conforme veremos, não se justifica.

Tradicionalmente, tal emprego de mesmo é rejeitado pela gramática e pelos dicionários, posição compartilhada por Napoleão Mendes de Almeida (Dicionário de Questões Vernáculas):

Erro muito frequente é o emprego do demonstrativo *mesmo* com função pronominal em construções como estas: 1) “... nova ortografia, visto que os trabalhos serão corrigidos pela mesma”; 2) “Devemos estudar português e as matérias que têm relação com o mesmo”.

[...]

Não querendo cansar o leitor com a exposição dos significados, funções e empregos do demonstrativo mesmo [...] limitamo-nos a aconselhar a fuga de construções como as apresentadas e redigi-las com mais colorido e sabor lingüístico.

Concordamos com o posicionamento da tradição gramatical. No entanto, com a licença do mestre Napoleão, para nós, a chave do problema está exatamente no significado. Mesmo, conforme se verá nos exemplos, apresenta sempre carga semântica própria bem marcada, normalmente vinculada às noções de exatidão, de equivalência ou de reforço de uma ideia.

## EXEMPLOS (retirados dos Dicionários Aurélio e Houaiss)

1) “Para onde fores, Pai, para onde fores,/ Irei também, trilhando as mesmas ruas...” (Augusto dos Anjos)

2) “Hoje mesmo ele foi ao cinema.”

3) “Fizeram mesmo tudo o que haviam prometido.”

No exemplo 1, “mesmas” aponta a equivalência entre as ruas que trilhará o poeta e as que serão trilhadas por seu pai; no 2, “mesmo” denota a exatidão do tempo expresso pelo advérbio “hoje”. Quando se refere diretamente a um verbo, mesmo é empregado para reforçar a ideia contida na ação verbal (ex. 3).

Na verdade, a dificuldade do redator não está no emprego desse vocábulo como adjetivo, caso em que se refere a um substantivo (ex. 1) ou como advérbio, referindo-se a outro advérbio (ex. 2) ou a um verbo (ex. 3). A dúvida existe quanto ao emprego isolado dessa palavra, ou seja, sem se ligar a um substantivo, a um advérbio ou a um verbo.

## PARA FICAR MAIS CLARO

Tentaremos elucidar essa questão comparando os próximos exemplos.

4) “As crianças desta cidade continuam as mesmas.”

5) “Ao ver as crianças na sala, notou que as mesmas traziam um semblante tranquilo.”

Perceba que, no ex. 4, a palavra *mesmas* contém um expressivo valor semântico: indica que as crianças da cidade continuam sendo as “crianças que sempre foram”, com iguais características.

Diferentemente, no ex. 5, não possui valor semântico algum, tendo sido empregada somente para se evitar a repetição da expressão “as crianças”. Esvaziada de qualquer significado próprio, está funcionando como mero substituto. Ora, a língua portuguesa possui termos que cumprem, com propriedade, essa função, caso dos pronomes *ele*, *ela*, *o*, *a*, substitutos neutros por excelência. Também nos socorrem com eficiência os pronomes *este*, *esse* e *aquele*, respeitadas suas peculiaridades relativas às noções de espaço e tempo.

## LEMBRE-SE

Mesmo, de forma diversa, possui carga semântica própria bem marcada. Usá-lo apenas para não repetir expressões consiste em uma impropriedade vocabular.

Mas observe! Não há nenhuma impropriedade no uso isolado de *mesmo*, isto é, sem se referir a um substantivo. O que não se deve é utilizá-lo como mero substituto, desprovido de significação própria, no lugar em que, de forma acertada, usaríamos simplesmente *ele*, *ela*, *o*, *a*.

Aliás, já passou a hora de os redatores abandonarem o incompreensível receio de usar essas palavras. “A mãe preocupava-se com os filhos porque eles estavam sozinhos.” Por que não escrever assim? Os pronomes pessoais servem para isso. Em função de sujeito, use-se *ele* ou *ela*, caso do exemplo. Em função de complemento, use-se *o* ou *a*: “Os documentos não estão aqui. Vi-os nas mãos de um funcionário”. “Recebi duas mensagens que dizem respeito às atividades da Coordenadoria de Recursos, reenviando-as para essa unidade”. Algumas vezes, a solução é ainda mais fácil, podendo-se apenas dispensar um substituto: “Antes de entrar, verifique se o elevador se encontra neste andar”; “Ao ver as crianças na sala, notou que traziam um semblante tranquilo”.

Sendo assim, antes de usar a expressão o mesmo, verifique se a mesma (opa!)... verifique se ela está sendo empregada apropriadamente. ■

# De *bike* é legal

DE OLHO EM NOVO CONCEITO DE MOBILIDADE URBANA SOBRE DUAS RODAS, TRF DA 1.ª REGIÃO INVESTE EM PROGRAMA QUE INCENTIVA O USO DA BICICLETA COMO MEIO DE TRANSPORTE

RICARDO CASSIANO

De tempos em tempos, as sociedades passam por sensíveis transformações que abrangem os mais diversos aspectos e promovem importantes mudanças no estilo de vida de seus habitantes. De olho nos macroproblemas dos grandes centros urbanos decorrentes da ocupação desenfreada, do uso incorreto de recursos naturais e da poluição atmosférica, governos e entidades vêm envidando esforços, mundo a fora, no sentido de viabilizar caminhos alternativos na busca por um meio ambiente mais sustentável. Em meio a esse cenário de preocupação – que sempre acaba por motivar soluções inovadoras – surgiu um novo conceito de mobilidade urbana baseado numa invenção tão antiga quanto a primeira Revolução Industrial, o motor a vapor e apenas alguns anos mais recente que o piano.

O “primeiro veículo mecânico” para transporte individual movido por propulsão humana e desenhado pouco antes da chegada do século 19 – mais precisamente em 1790 – faz parte, hoje, do cotidiano de moradores de importantes cidades da Europa e da América do Norte. E, além destas cidades, a *bike* também tem ganhado cada vez mais espaço nas capitais brasileiras. A boa e velha bicicleta é aposta certa na diminuição dos congestionamentos, no ganho de tempo e na promoção da qualidade de vida. Tanto que seu uso passou a ser estimulado por empresas, entidades e órgãos públicos – entre eles o TRF da 1.ª Região – não apenas como opção de lazer mas também como meio de transporte.

A ideia ganha robustez quando analisado o número crescente de carros circulando pelas vias brasileiras. Hoje, são mais de 45 milhões de veículos, segundo dados dos departamentos de trânsito estaduais. Isso significa que há um veículo para cada quatro habitantes, causando mais problemas de tráfego, mais congestionamentos e mais poluição. Somente no Distrito Federal, onde as vias foram projetadas para 500 mil veículos, o número de automóveis já supera o triplo do esperado: 1,5 milhão de unidades para



uma população de 2,5 milhões de pessoas. Na capital da Alemanha, uma das 10 melhores cidades do mundo para se pedalar, de acordo com um índice anual divulgado pela companhia dinamarquesa Copenhagense, a frota chega a ser maior, com um carro para cada três habitantes. Lá, no entanto, há quatro vezes mais bicicletas que no Brasil – uma para cada 1,4 moradores – e elas convivem harmoniosamente com os veículos motorizados.

Enquanto no Brasil apenas 1% das ruas tem ciclovias ou ciclofaixas, em Berlim o número passa dos 15%, e há



45.444.387  
número total de carros

UM AUTOMÓVEL  
PARA CADA  
QUATRO  
HABITANTES



POR REGIÃO  
(em milhões)



Sudeste – 25,2  
Sul – 9,8  
Nordeste – 5,4  
Centro-oeste – 3,7  
Norte – 1,3



## 20 cidades do mundo mais amigáveis para o ciclista em 2013

projeção de chegar aos 20% nos próximos 10 anos. Em Copenhagen, na Dinamarca – segunda colocada no ranking Copenhagenize –, metade da população usa a bicicleta como meio de transporte e somente 13% preferem o carro. E em Amsterdã, capital da Holanda, e primeira colocada no índice das cidades amigas da *bike*, há 18 milhões de bicicletas para 16,5 milhões de habitantes e impressionantes 17 mil ciclovias utilizadas diariamente pelos cidadãos.

Além da questão cultural, o Brasil ainda engatinha no fator segurança e na educação do trânsito. Embora o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) contemple de maneira ampla os direitos e deveres dos ciclistas, a realidade mostra que a norma não é aplicada como deveria e que as *bikes* são vistas como corpos estranhos pela maioria dos motoristas. Afinal, lugar de bicicleta é na calçada, certo? Errado. Calçada foi feita para pedestre. Pelo CTB, na falta de ciclovias ou ciclofaixas, as *bikes* devem transitar “nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido de circulação” dos carros e com “preferência sobre os veículos automotores”. “Não é porque o ciclista está na rua que ele tem que ser atropelado”, protesta Phillip James, vice-presidente da ONG Rodas da Paz. “Nossos direitos estão na lei, mas ainda falta educação e fiscalização para assegurar esses direitos”, completa.

01. Amsterdã – Holanda
02. Copenhagen – Dinamarca
03. Utreque – Holanda
04. Sevilha – Espanha
05. Bordeaux – França
06. Nantes – França
07. Antwerp – Bélgica
08. Eindhoven – Holanda
09. Malmö – Suécia
10. Berlim – Alemanha
11. Dublin – Irlanda
12. Tóquio – Japão
13. Munique – Alemanha
14. Montreal – Canadá
15. Nagoia – Japão
- 16. RIO DE JANEIRO – BRASIL**
17. Barcelona – Espanha
18. Budapeste – Hungria
19. Paris – França
20. Hamburgo – Alemanha

Ranking elaborado pela instituição dinamarquesa Copenhagenize Design Company



### CIDADES COM MAIS CARROS POR MIL HABITANTES

São Caetano do Sul (SP) - 631  
Santa Bárbara do Monte Verde (MG) – 609  
Rio Preto (MG) – 592  
Curitiba (PR) – 541  
Vinhedo (SP) – 530  
Bom Jesus do Norte (ES) – 524  
Campinas (SP) – 494  
Santo André (SP) – 494  
Águas de São Pedro (SP) – 490  
Rio Bonito (RJ) – 482

Fonte: Departamentos de Trânsito (abril de 2014)



Vice-presidente da ONG Rodas da Paz, Phillip James, pedala com o filho Lucas, de cinco anos: “ciclovias têm quantidade, mas falta qualidade”

### DEM DE BIKE

Na tentativa de ampliar a conscientização dos motoristas e fomentar o uso da bicicleta como veículo urbano e viável, ciclistas brasileiros se uniram para criar a campanha do dia de “Ir de Bike ao Trabalho”. A ação foi inspirada no *Bike to Work Day*, concebido em 1956 pela organização americana League of American Bicyclists. Todos os anos, ciclistas de todo o mundo escolhem um dia do mês de maio para deixar o

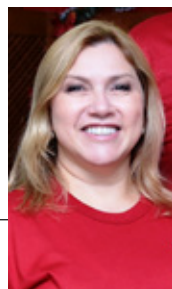
## O Brasil tem 65 MILHÕES de bicicletas espalhadas pelos 26 estados e o Distrito Federal. O índice de uma *bike* para cada três habitantes é baixo na comparação com países europeus como Holanda, França e Espanha



carro na garagem. No Brasil, o dia 10 foi oficialmente adotado, mas, como neste ano a data caiu num sábado, as ações foram antecipadas para 9 de maio.

Pegando carona na campanha, o TRF da 1.ª Região lançou, no mesmo dia, o programa “Vem de *Bike* que é Legal”, organizado pela Divisão de Assistência à Saúde do Tribunal (Diasa/Secbe), sob a coordenação da assistente social Angela Paes. “Queremos estimular o uso desse transporte alternativo”, destacou a servidora. O projeto partiu de um grupo de ciclistas da casa acostumados a usar a bicicleta para percorrer pequenos trechos no dia a dia e também para o lazer. “É um incentivo aos que querem começar a pedalar como forma de deslocamento, mas não sabem como dar o primeiro passo”, afirmou Rosana Baioco, assessora do gabinete do desembargador federal Souza Prudente. A servidora participou de um bonde de ciclistas que abriu a programação do dia, percorrendo seis quilômetros do Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe) rumo à sede do TRF1, em Brasília. “Recebi o convite dos meus colegas de trabalho e estou muito animado”, disse o gerente de Tecnologia da Informação (TI), Cleber Sousa, no início do percurso. Mesmo morando a quase 30 quilômetros do trabalho, ele não desanimou e resolveu levar a bicicleta no metrô até a estação mais próxima.

No Tribunal, o grupo encontrou uma estrutura adequada para a prática do ciclismo. No subsolo de dois dos edifícios anexos, foram instalados paraciclos – feitos pela marcenaria do TRF usando restos de obras – com capacidade total para 12 bicicletas. Um deles foi posicionado ao lado da entrada do Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral, onde magistrados, servidores e colaboradores desenvolvem atividades físicas, praticam modalidades, de luta e de dança, e recebem atendimento fisioterapêutico. As instalações contam com vestiários masculino e feminino equipados com armários e chuveiros, uma das principais reivindicações de grupos organizados de ciclistas que trabalham em empresas ou órgãos públicos. “É um grande incentivo (...). É muito fácil se esconder atrás de desculpas, porque não têm onde tomar banho e tal. Agora, não têm mais essas desculpas”, brincou Cleber. “Com essa estrutura fantástica, já estou pensando em aumentar meu treino semanal”, ratificou o analista de segurança Marcelo Coutinho, que também participou do bonde.



FOTOS: MAURO PUTINI

O programa “Vem de *Bike* que é Legal” é pioneiro entre os TRFs. Nos demais Regionais somente os bicicletários estão disponíveis para o corpo funcional. Durante o lançamento do programa no Espaço Bem-Estar, a diretora da Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe), Ionice Ribeiro, que chegou ao local pedalando, demonstrou satisfação com a iniciativa. “O projeto acolhe o servidor que sabe circular de bicicleta (...), e ele vai encontrar toda a estrutura e todo apoio do Tribunal”, declarou. O evento também foi prestigiado pela vice-presidente do TRF1, desembargadora federal Neuza Alves (foto ao lado). “Isso abre uma expectativa de melhor qualidade de vida, melhora a saúde, estimula que um ajude o outro (...), e eu entendo que o projeto já nasce vitorioso, já nasce dando certo”.



RAMON FERREIRA





Os participantes da cerimônia de lançamento receberam materiais informativos e foram orientados sobre o uso consciente da bicicleta. Inicialmente, 21 pessoas se inscreveram no programa – que terá caráter permanente – e deverão ter acompanhamento de um grupo de ciclistas mais experientes. Eles dão dicas sobre rotas e ensinam os iniciantes a pedalar de maneira mais segura e com respeito à legislação de trânsito. Todos os meses deverá ser organizado um novo bonde partindo de um ponto específico da cidade rumo ao Tribunal.

### MOBILIDADE

A iniciativa da Diasa é, também, uma forma de driblar os problemas relacionados à mobilidade urbana, que são sentidos na pele pelos magistrados e servidores do TRF da 1.ª Região. Localizado na zona central de Brasília, os edifícios Sede I e II são cercados por diversos órgãos públicos aonde milhares de pessoas chegam todos os dias para trabalhar. Como boa parte delas opta pelo transporte individual, os congestionamentos são frequentes nos horários de pico, e faltam opções de estacionamento. Na pequena rua de sentido único

que dá acesso ao Tribunal, por exemplo, há 74 vagas públicas disponíveis. A reportagem, entretanto, contou 154 carros estacionados – mais que o dobro de vagas –, a maioria em fila dupla ou junto ao meio-fio: irregularidades que representam riscos ao trânsito, aos veículos e aos motoristas.



FOTOS: RAMON PEREIRA



Para fugir do estresse diário causado pelo trânsito e manter o condicionamento físico, o juiz federal convocado para o TRF, Cleberson Rocha, 46 anos, tomou uma importante decisão há seis meses: passou a dividir o carro com a bicicleta. De duas a três vezes por semana, o magistrado troca o volante pelo guidão e o ar condicionado pelo vento no trajeto casa-trabalho. “Sinto-me com muito mais disposição e ainda chego mais rápido do que quando vou de carro”, garantiu. A **Primeira Região em Revista** resolveu fazer o teste e propôs um desafio, prontamente aceito pelo juiz. Na manhã do dia 25 de junho, já fora da hora do *rush*, carro e bicicleta partiram juntos do prédio onde o magistrado reside, na Asa Sul, com um objetivo: descobrir quem chegaria primeiro ao destino.

Dada a largada, o veículo logo se distanciou, mas não por muito tempo. Utilizando uma rota alternativa, sempre por vias pavimentadas, o juiz federal e sua bi-

ke de 24 marchas ganharam terreno, enquanto que o carro se esbarrava em pequenos congestionamentos causados por semáforos. A reportagem, também de bicicleta, acompanhou o magistrado. No caminho, uma brisa agradável e o tom verde das árvores às margens da via contrastavam com o fluxo de veículos que seguiam na mesma direção – a rota não conta com ciclofaixas ou vias exclusivas para ciclistas. As calçadas, ainda que tivessem uso autorizado para bicicletas, seriam inviáveis devido às falhas e aos buracos.

Ao fim do percurso de 4,5 quilômetros, nenhuma surpresa. Após descer da bicicleta no estacionamento privativo do TRF, nove minutos após a saída, o juiz Cleberson Rocha aguardou mais de vinte segundos até a chegada do veículo. O tempo gasto pelo carro, assegura o juiz, teria sido o dobro em horário de trânsito pesado. Mesmo tendo que dividir espaço com os automóveis na maior parte do trajeto, o magistrado garante que a *bike* é a melhor alternativa. Ele acredita que, aos poucos, os motoristas passarão a aceitar a bicicleta como componente do trânsito. “Eu penso que a gente tem que insistir porque é uma boa ideia”, diz. “Se cada um pensar em contribuir para evitar a quantidade de carros na rua, diminuir a poluição, a emissão de gases poluentes, acho que já seria uma boa medida”.

A favor de quem opta pela *bike* em Brasília estão as imensas áreas verdes, o clima ameno na maior parte do ano e a topografia privilegiada do planalto central. No contraponto, a tímida malha cicloviária ainda é o principal vilão em Brasília e nas demais capitais do País.

## CICLOVIAS

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de prefeituras municipais, as capitais brasileiras têm cerca de 1.200 km de ciclovias ou ciclofaixas espalhadas numa malha viária de 98 mil km. Ou seja, há ciclovias em pouco mais de 1% das ruas e avenidas das grandes cidades. Com 361 km de vias próprias para as *bikes*, Rio de Janeiro ocupa a primeira posição do *ranking* nacional, seguido por Brasília (160 km), Curitiba (127 km), Campo Grande (80 km), São Paulo (70 km) e Fortaleza (70 km).

No cenário mundial, Rio de Janeiro é a única cidade brasileira que figura entre as 20 melhores do planeta para se pedalar, mas ainda perde feio nos comparativos. Na campeã Amsterdã, o número de ciclovias é 40% maior que na capital fluminense, com mais de 500 km de extensão para uma população oito



Juiz federal Cleberson Rocha vai de bike ao trabalho de duas a três vezes por semana



## MALHA CICLOVIÁRIA

**As capitais brasileiras têm cerca de 1.200 km de ciclovias, o que representa pouco mais de 1% da malha viária, estimada em 98 mil km**







## BICICLETAS COMPARTILHADAS

**O Sistema de Bicicletas Públicas foi recentemente implantado em Brasília (Bike Brasília), Rio de Janeiro (Bike Rio), São Paulo (Bike Sampa), Porto Alegre (BikePoa), Aracaju (Caju Bike), Recife, Jaboatão dos Guararapes e Olinda (Bike PE), Belo Horizonte (Bike BH), Salvador (Bike Salvador), Sorocaba (IntegraBike) e Santos (SP). São mais de 500 estações e 5.000 bikes disponíveis.**

**No Distrito Federal, que tem 20 estações em funcionamento e 200 bicicletas, 15 mil pessoas se cadastraram no primeiro mês para participar do projeto. Elas fizeram mais de 12 mil viagens. Uma das últimas estações instaladas pelo Bike Brasília está a menos de 50 metros da entrada do Ed. Sede I do Tribunal (foto).**

vezes menor que a do Rio. Uma realidade totalmente diferente, onde a bicicleta responde por 40% de toda a circulação urbana.

Para o vice-presidente da ONG Rodas da Paz, o Brasil vem somando recentes conquistas nas políticas de incentivo ao uso da *bike* pela população. A maior parte das ciclovias existentes nas grandes cidades foram construídas ao longo da última década. O que falta, porém, é qualidade. “Não adianta ter apenas quantidade. O que a gente percebe é que o governo quer apresentar números, sendo que a qualidade e o uso das ciclovias para mobilidade são quase zero”, contesta Phillip James. Ainda assim, o ciclista vê a bicicleta como veículo mais econômico e sustentável para o deslocamento em pequenas distâncias.

Além das ciclovias, outra iniciativa recente pode se tor-

Cidade	UF	KM	% melhora viária
Rio de Janeiro	RJ	361	3,6
Brasília	DF	160	1,5
Curitiba	PR	127	2,7
Campo Grande	MS	80	2,0
Fortaleza	CE	70	1,8
São Paulo	SP	70	0,4
Aracaju	SE	60	4,1
Rio Branco	AC	60	7,4
Belo Horizonte	MG	52	1,1
Florianópolis	SC	37	2,0
Maceió	AL	30	1,0
Vitória	ES	29	6,6
Teresina	PI	29	0,9
Recife	PE	28	1,4
Porto Alegre	RS	20	0,8
Salvador	BA	20	0,4
Palmas	TO	19	1,6
Cuiabá	MT	15	0,8
Natal	RN	15	0,3
João Pessoa	PB	14	0,7
Belém	PA	6	0,2
Goiânia	GO	5,7	0,1
São Luís	MA	5,1	0,3
Macapá	AP	3,1	0,4
Manaus	AM	3,1	0,0
Porto Velho	RO	3	0,2
Boa Vista	RR	0	—

Fonte: prefeituras e IBGE (março de 2014)

nar marco na construção da cultura do ciclismo no Brasil. Usando a Copa do Mundo como pano de fundo, governos locais fecharam parcerias com o Banco Itaú e com empresas privadas para implantar um sistema de *bikes* compartilhadas, que já é sucesso em cidades como Paris, Londres, Nova Iorque e Barcelona. O Sistema de Bicicletas Públicas foi inaugurado em oito capitais – Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Aracaju, Recife, Belo Horizonte e Salvador – e em outras quatro cidades do interior paulista e de Pernambuco. São mais de 500 estações e cinco mil *bikes* em operação no País.

As bicicletas ficam expostas em estações “inteligentes” espalhadas em pontos estratégicos das cidades, alimenta-

das por energia solar e conectadas a uma central de operações por rede sem fio (*wireless*). Após fazer um cadastro pela *internet* e pagar taxa anual de R\$ 10, os usuários podem destravar a bicicleta por meio de um aplicativo de celular ou por telefone, utilizá-la por quanto tempo quiser, com intervalo de 15 minutos a cada hora, e devolvê-la na mesma ou em outra estação.

Em Brasília, as 20 estações e 200 *bikes* começaram a ser utilizadas no fim de maio, com funcionamento das 6h à meia-noite. A expectativa é de dobrar a oferta nos próximos meses. “Trata-se de uma opção concreta de transporte urbano sustentável para pequenos percursos, evitando o uso desnecessário de veículos automotivos e contribuindo para a saúde e para uma nova consciência sobre o uso dos espaços urbanos”, afirma Angelo Leite, presidente da Serttel, empresa concessionária que viabiliza e opera o serviço *Bike* Brasília.

Logo que o sistema entrou em operação, a jornalista Fernanda Abras, 35, resolveu fazer o teste. Ela se surpreendeu durante o percurso pelo Eixo Monumental – principal via de acesso ao Congresso e aos ministérios. “As bicicletas são boas, o aplicativo é fácil de usar e o valor de dez reais por ano é simbólico”, enumerou. Agora, usar as *bikes* para ir ao trabalho entrou nos planos da jornalista, que mora há apenas 5 km de distância. “Já estou esperando colocarem mais pontos fora da região central”, concluiu Fernanda.

### OPÇÃO SAUDÁVEL

Na última semana de junho, uma nova estação do *Bike* Brasília foi instalada a poucos metros da entrada principal do TRF. Se de um lado os servidores e colaboradores ganham uma opção mais limpa e ágil de mobilidade para chegar ao trabalho, de outro eles também podem obter benefícios à saúde. Usar a *bike* frequentemente ajuda a combater os males do sedentarismo, diminuir o estresse e a depressão. “Andar de bicicleta é o mesmo que caminhar. É um exercício aeróbico que melhora o condicionamento físico e o aparelho cardiopulmonar”, explica a presidente do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal. Segundo Cristina Calegari, pedalar faz bem para os grandes grupos musculares da perna, contrai o abdômen e representa pouco impacto nas articulações, o que reduz o risco de lesões. Além disso, auxilia no controle do diabetes e diminui a probabilidade de incidência de derrame ou de doenças cardiovasculares, como o infarto.

A especialista, no entanto, alerta quanto à necessidade



### PARA QUEM VAI DE BICICLETA



- Procure utilizar rotas alternativas, por ruas mais tranquilas, para pedalar de forma mais agradável e segura
- Ocupe sempre as faixas laterais da rua, no mesmo sentido dos carros, e não fique muito próximo ao meio-fio

- Sinalize com as mãos o que pretende fazer para avisar aos motoristas qual a sua intenção. Fique atento, em especial, aos cruzamentos!
- Se não se sentir seguro em determinada via ou não aguentar uma subida, desça da bicicleta, vá para a calçada e empurre a *bike* até o ponto em que se sentir confortável para voltar à via

### PARA QUEM VAI DE CARRO



- De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a bicicleta é um veículo e tem prioridade sobre o carro (art. 58 e art. 29)
- Ao fazer uma curva, dê a preferência aos pedestres que atravessam na faixa ou ciclistas que seguem na frente, sempre usando a seta para sinalizar sua intenção (art. 38)
- Para ultrapassar um ciclista, reduza a velocidade (art. 220) e dê distância lateral de 1,5m (art. 201)
- Preste atenção ao abrir as portas do carro para não surpreender o ciclista
- Usar a bicicleta como meio de transporte é contribuir com a redução dos congestionamentos e da poluição. Compartilhe a via!

Fonte: Associação Transporte Ativo



Com mais de 500 quilômetros de ciclovias, Amsterdã, na Holanda, é a campeã mundial entre as cidades amigas da bicicleta

Em Copenhague, Dinamarca, segunda melhor cidade do mundo para se pedalar, metade da população utiliza bicicleta como meio de transporte



de manter uma postura adequada sobre a bicicleta para evitar dores na coluna e nos joelhos, tornozelos e pés. E claro: uma atenção especial à segurança é sempre recomendada. Quem pretende pedalar deve tomar os cuidados com freios, pneus, retrovisores e equipamentos de iluminação além de usar luvas e capacete. Com tudo em ordem, o corpo agradece e o meio ambiente também.

De acordo com o artigo “Efeitos da Mudança Climática sobre a Saúde”, publicado em 2011 pela diretora do Instituto Saúde e Sustentabilidade, Evangelina Vormittag, um carro a menos na rua – percorrendo 50 km no dia – representa 25g a menos de Monóxido de Carbono (CO) na atmosfera. “Pensando em um público de 50 pessoas substituindo o carro pela bicicleta, elas deixarão de emitir em média 1,25 kg diariamente”, calcula Beatriz Barcelos, professora de engenharia ambiental da Universidade Católica de Brasília (UCB). Nessa projeção, quase meia tonelada de CO deixaria de ser produzida pelos automóveis em um ano.

Os dados comprovam que utilizar a bicicleta como meio de transporte não é apenas uma “moda” que logo deverá ser esquecida; é, na verdade, a sinalização de um

## OLHO NOS EQUIPAMENTOS

### LUZES

Sua bicicleta é um meio de transporte 24h, e você deve estar preparado para pedalar à noite. Luzes traseiras e dianteiras são essenciais; essas luzes podem ser do tipo “olho de gato”, mas, em trechos escuros, é melhor ter um farol dianteiro



### CAPACETE E LUVAS

Proteja um bem valioso! Capacetes podem evitar ferimentos graves na cabeça; luvas proporcionam mais firmeza na condução e protegem as mãos

### CESTAS E ALFORJES

Prepare a bicicleta para carregar suas coisas. Um bagageiro traseiro (garupa) é suficiente

### PARA-LAMAS

É importante a proteção por para-lamas, independentemente das condições do tempo

### MANUTENÇÃO

Leve sua bicicleta para revisões regulares, caso não saiba fazer essa manutenção por conta própria. Mantenha correntes e cubos lubrificados e pneus calibrados e com fita de proteção contra furos

### TRANCAS

Previna-se dos ladrões! Use uma boa tranca presa a um objeto sólido, em um local bem frequentado. O custo equivale ao seguro de seu “veículo”

Fonte: Mountain Bike BH

amadurecimento da sociedade, que vê nas milenares comunidades europeias um exemplo de consciência ambiental, civilidade e respeito, também, na questão da mobilidade urbana. Com o tempo, mais brasileiros devem deixar de ver a *bike* somente com equipamento de ginástica, ou como frágil concorrente no trânsito, para enxergá-la como ela realmente é: uma excelente alternativa para exercer o direito de ir e vir. ■

Colaboração: Júlio César Lemes



## TRF1 RECEBE MAGISTRADOS E SERVIDORES DAS CORTES DE JUSTIÇA DO CHILE E DO URUGUAI

No dia 5 de junho, magistrados e servidores da Corte Constitucional do Chile e da Suprema Corte de Justicia do Uruguai visitaram o TRF1. A vinda foi motivada pelo programa Joaquim Nabuco, do Supremo Tribunal Federal, que promove o intercâmbio de magistrados e servidores de cortes supremas dos países integrantes do Mercosul.

O grupo foi recepcionado pelos juízes auxiliares da Presidência, César Cintra Jatahy Fonseca e Antônio Oswaldo Scarpa, e participou de debate a respeito da justiça federal brasileira e da jurisdição do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região. Os visitantes estrangeiros também conheceram o organograma do TRF1 e o sistema de tramitação processual, assuntos explanados pelo assessor da Presidência, Sergio Renner Vieira da Silva.

Uma das diferenças observadas pelo assessor de gabinete, Pablo Toró, do Uruguai, foi a divisão que existe entre a justiça federal e a estadual brasileiras, o que não ocorre em seu país. “Também gostei muito de conhecer a forma de seleção de magistrados; a lista tríplice achei muito interessante”, afirmou.

A cada edição do programa de visitas são escolhidos até oito magistrados das cortes de países latinos, que realizam visitas pelos tribunais brasileiros no período de duas semanas.



RAMON PEREIRA

## AUTORIZADA DELEGAÇÃO PARA PRÁTICA DE ATOS ORDINATÓRIOS NA 1.<sup>a</sup> REGIÃO

Os juízes de todas as varas federais estão autorizados a delegar a prática de alguns atos ordinatórios aos respectivos diretores de Secretarias e seus respectivos substitutos legais, tais como a designação e redesignação de perícias médicas ou sociais com profissionais previamente credenciados para tal finalidade. A resolução que autoriza a delegação foi assinada conjuntamente pelo presidente do TRF1, Cândido Ribeiro, pelo corregedor regional da Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região, Carlos Moreira Alves, e pelo coordenador dos Juizados Especiais Federais da 1.<sup>a</sup> Região, Reynaldo Fonseca.

O documento dispõe, ainda, que os diretores de varas de juizados especiais e de Juizados Especiais Federais adjuntos podem designar e redesignar também data para a realização de audiências.

A norma (Resolução Presi/Cojer/Cojef 14) considera os princípios da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, norteadores dos atos dos Juizados Especiais Federais, conforme rege a Lei n.º 10.259/2001 c/c a Lei n.º 9.099/1995 e o artigo 132, § 2.º do Provimento/COGER 38/2009, do TRF1, no sentido de que “os atos não sujeitos a recurso poderão ser delegados, desde que haja prévia autorização judicial, por meio de ato formal do juízo (portaria ou ordem de serviço), que deverá especificá-los”.

## I'TALO MENDES É O NOVO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL

O presidente do TRF1, desembargador federal Cândido Ribeiro, designou, no dia 30 de maio, o desembargador federal I'talo Mendes para presidir a Comissão de Avaliação e Gestão Documental do Tribunal. O magistrado vai comandar a política de gestão documental da Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região quanto à manutenção do acervo, modernização e automatização dos arquivos setoriais e centrais e alterações no Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade (PCTT).

A comissão é formada ainda pelos diretores da Secretaria Judiciária (Secju); da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (Cojud), da Divisão de Arquivo e Memória Institucional (Diami) e da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental (Dibib).



ASCOM

## JORNADA DA ESMF DISCUTE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL



FOTOS: RAMON PEREIRA



A Escola de Magistratura Federal da 1.<sup>a</sup> Região (Esmaf) realizou, nos dias 5 e 6 de junho, a IV Jornada de Direito Processual Civil, intitulada "O projeto do novo CPC em debate". O evento foi realizado na sede da Escola, em Brasília, e reuniu mais de 50 juízes federais de todas as 14 unidades da federação vinculadas à Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região. O novo diretor da Escola, desembargador federal João Batista Moreira, classificou a jornada como essencial para que os magistrados se inteirem mais sobre o projeto de lei do novo código, que está em vias de ser aprovado pelo Senado Federal. "Estamos no momento de mudança no Código de Processo Civil, que é o instrumento de trabalho mais importante do juiz", afirmou o diretor.



### MUTIRÃO DE AUDIÊNCIAS EM RONDÔNIA É ENCERRADO COM RESULTADOS POSITIVOS

As duas varas de Juizado Especial Federal conseguiram resultados positivos no mutirão de audiências realizado no período de 02 a 06 de junho na Seção Judiciária de Rondônia. Enquanto a 4.<sup>a</sup> Vara apresentou um percentual de 85,16% de transações cíveis, a 6.<sup>a</sup> Vara fechou seu balancete estatístico com 85,44% de acordos judiciais.

O juiz federal Dimis Braga, que preside a Coordenação dos Juizados Especiais Federais em Rondônia, observou que o que era para ser um mutirão de audiências de instrução e julgamento se tornou um mutirão de conciliação e parabenizou a todos os envolvidos no trabalho.

Com informações da Ascom/RO



### VARA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL DO TO CUMPRE META 1/2014 DO CNJ

A Meta 1/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi cumprida com êxito pela 4.<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal do Tocantins nos cinco primeiros meses do ano. A Meta 1, que se aplica a todos os segmentos da Justiça, consiste na obrigação de julgar, em 2014, quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.



ASCOM/TO

No âmbito da 4.<sup>a</sup> Vara, a Meta foi cumprida e superada em 112% entre os meses de janeiro e maio de 2014. Nesse período, foram ajuizadas 132 ações penais e julgadas 149.

Para o juiz federal titular da Vara, Ademar Aires Pimenta da Silva, tal feito é o reflexo positivo da especialização da Vara em matéria criminal. “Os efeitos na duração dos processos já começam a ser sentidos. Não é mais novidade, no âmbito da Quarta Vara Federal, ações penais de réus presos sendo julgadas em menos três meses e réus soltos sendo julgados em seis meses”, destacou o magistrado.

#### Metas do CNJ

As Metas Nacionais para o Poder Judiciário são estabelecidas a cada ano pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), após serem escolhidas pelos presidentes dos tribunais brasileiros.

Para 2014, foram assumidas seis metas nacionais como passos importantes e indispensáveis à oferta de uma prestação jurisdicional efetiva, segura, célere e democrática.

Fonte: Ascom/TO





## MUTIRÃO DE AUDIÊNCIAS DO JEF/MA ATINGE MAIS DE 65% DE ACORDOS

Chegou ao fim o Mutirão de Audiências do Juizado Especial Federal, realizado pela Seção Judiciária do Maranhão, no Complexo Esportivo do Castelinho, em São Luís. O presidente do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, desembargador Federal Cândido Ribeiro, e o coordenador dos JEFs, desembargador federal Reynaldo Soares da Fonseca, fizeram uma visita ao local no último dia do evento, 31 de maio. “Quando se tem uma solução de mutirão que resulta em um percentual de acordo no nível que está ocorrendo aqui, de mais de 65%, e envolvendo uma cifra de mais de R\$ 30 milhões, é ainda mais positivo porque, de imediato, esses processos resultarão em benefícios implantados e valores a serem pagos em um curto espaço de tempo”, avaliou o presidente do TRF1, Cândido Ribeiro.

Já o coordenador dos JEFs, Reynaldo Soares da Fonseca, disse que os mutirões e juizados itinerantes são de “fundamental importância para dar uma solução rápida às demandas dos juizados, que se tornaram uma porta de entrada para a cidadania”.

Durante os quinze dias de realização do mutirão, foram feitas mais de sete mil audiências, que resultaram em mais de quatro mil acordos celebrados e em cerca de R\$ 30 milhões em RPVs expedidas.

Fonte: Secos/MA



SECOS/MA



## MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO DOS JEFS DO ACRE ALCANÇA 73% DE ACORDOS

O Mutirão de Conciliação, promovido pelos Juizados Especiais Federais (JEFs) do Acre e pelo Núcleo Estadual de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos e Cidadania do Núcleo Judiciário da Seccional do estado, resultou em 73% de acordos. Os trabalhos foram realizados no dia 28 de maio, e envolveu processos propostos contra a Caixa Econômica Federal (CEF).

Participaram do mutirão o juiz federal substituto Herley da Luz Brasil, cinco servidores e quatro estagiários.

Fonte: Seção Judiciária/AC



## MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO NO AMAZONAS ALCANÇA 96% DE ACORDOS

Foi encerrado no dia 5 de junho o mutirão de conciliação realizado pela Justiça Federal do Amazonas, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF). Dentre as 52 audiências realizadas, 50 chegaram a um acordo, significando um êxito de 96% e totalizando o valor de R\$ 1.117.602,41 em valores negociados. Na pauta estavam processos de débito com o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Foram registradas 77 faltas que poderiam ter resultado na solução definitiva do problema do financiamento da casa própria.

Fonte: Com informações da Secos/AM

# Quando a culpa é do cliente

TURMA NEGA PEDIDO DE INDENIZAÇÃO A CLIENTE QUE SE EQUIVOCOU NO PAGAMENTO DA FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO

JAIR CARDOSO

Quem é usuário de cartão de crédito certamente já deve ter deparado com a mensagem “Solicitação Não Autorizada” na tela daquela maquininha. Esse foi o caso do servidor público Thiago Lins. Ele conta que recentemente esteve em uma loja de artigos esportivos para comprar camisas da seleção brasileira para toda a família torcer pelo Brasil na Copa do Mundo. A loja estava cheia e depois de longos minutos na fila finalmente chegou sua vez de efetuar o pagamento. Por causa do parcelamento sem juros, optou por pagar com cartão de crédito. Na hora, veio aquela mensagem: “Solicitação Não Autorizada”.

O servidor público estranhou o fato de o pagamento não ter sido autorizado pela operadora já que sua fatura estava em dia. “Eu havia feito o pagamento há alguns dias, tempo suficiente para a compensação bancária. Na hora fiquei um pouco constrangido. Felizmente consegui realizar o pagamento com outro cartão”, conta.

Alguns dias após o incidente, Thiago descobriu o motivo de sua compra ter sido negada pela operadora do cartão de crédito. “Três dias depois do fato recebi uma ligação da operadora do meu cartão. Foi aquela burocracia de sempre. Tive de confirmar alguns dados pessoais para depois ser consultado se realmente fui eu quem tentou realizar a compra naquele valor. Segundo a atendente, tratou-se de uma medida de segurança”, relata.

Essa situação é mais do que comum para os usuários de cartão de crédito. “As instituições financeiras têm-se precavido para impedir o uso indevido do cartão de crédito por pessoas não autorizadas pelo cliente”, explica o gerente do Banco do Brasil, Luiz Henrique Gomes Monteiro. Ele esclarece que normalmente os bancos bloqueiam o uso do cartão de crédito pelos clientes em duas situações. “A mais comum é quando um cliente tenta fazer uma compra com

um valor bem acima do seu habitual. A outra situação ocorre quando o cliente realiza várias compras de pequeno valor em um curto espaço de tempo. Por segurança, o sistema acaba bloqueando o cartão”.

**Culpa do cliente** - Mas e quando a falha é do consumidor e não da operadora do cartão de crédito? Um caso desses foi analisado pela 6.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. Uma cliente da Caixa Econômica Federal (CEF) ingressou com ação na Justiça Federal requerendo a condenação da instituição financeira ao pagamento de indenização por danos morais. A correntista alegou que efetuou o pagamento da fatura do cartão de crédito, mas a instituição bancária não considerou o pagamento. Por esse motivo, a titular não conseguia mais realizar compras no comércio, já que o cartão estava bloqueado pelo banco administrador.

## MENSAGENS DE ERRO DOS CARTÕES DE CRÉDITO





**ERROS 01, 05 e 51:** indicam que a transação não foi autorizada pelo seu banco. Nesses casos, entre em contato com o seu banco para mais informações

**ERRO 14:** Cartão Inválido. Essa mensagem de erro aparece quando a bandeira do cartão usado não é aceita pelo sistema de faturamento do lojista

**ERRO 54:**  
Cartão Vencido

**ERRO 57:** Bandeira do cartão não está cadastrada no sistema do lojista ou o cartão não tem autorização para transações *on-line*

**ERRO 78:** Cartão Bloqueado. Nessa hipótese, entre em contato com seu banco para desbloquear o cartão





Em primeira instância, o juízo entendeu que não houve qualquer fato lesivo ocasionado por defeito do serviço prestado pela Caixa Econômica que amparasse a pretensão indenizatória da autora. A CEF alegou que a autora pagou a fatura de outro cartão de crédito, razão pela qual não haveria motivos para ser indenizada.

Além disso, o juízo de primeiro grau considerou que os danos que foram causados com a negativa de crédito decorreram de culpa exclusiva da cliente, por não ter agido com a cautela necessária quando pagou a fatura, o que exclui a obrigação de a empresa pública indenizá-la.

Inconformada, a parte autora recorreu ao TRF da 1.<sup>a</sup> Região com os mesmos argumentos apresentados na inicial. Ao analisar o caso, o relator, desembargador federal Kassio Nunes Marques, concluiu que a sentença não merecia ser reformada. “No caso dos autos depreende-se que não houve qualquer defeito na prestação de serviço a justificar a responsabilização da CEF, de forma a amparar o pleito indenizatório formulado pela autora”, afirmou.

Além disso, acrescentou o desembargador Kassio Nunes Marques que, “muito embora alegue a autora que procedeu com o pagamento da fatura do seu cartão de crédito com vencimento em 06/03/2004, verifica-se dos autos que, em verdade, o número do cartão de crédito em que foi efetuado o pagamento, em 05/03/2004, não foi o mesmo daquele constante da referida fatura”.

Ainda de acordo com o magistrado, ao contrário do que sustentou a apelante, “não ocorreu qualquer erro sistêmico,

posto que o pagamento não fora efetuado via boleto de pagamento, em que o sistema lê o código de barras da fatura, mas, sim, na modalidade ‘pagamento – cartões de crédito’, transação em que o titular da conta informa o número do cartão em que deverá ser alocado recursos debitados a fim de que seja efetivada a quitação do débito”.

Sendo assim, “observa-se que não houve qualquer fato lesivo causado por defeito do serviço prestado pela CEF que ampare a pretensão indenizatória da autora”, finalizou o magistrado. A decisão da Turma foi unânime.

**Dinheiro de plástico** - Apesar de úteis, os cartões de crédito podem causar muita dor de cabeça aos consumidores. De acordo com informações do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDIC), entidade vinculada ao Ministério da Justiça, entre janeiro e maio deste ano, o segmento ficou em segundo lugar no número de reclamações, perdendo somente para o setor de telefonia. Das 861.218 demandas registradas, 74.889 foram referentes a problemas com cartões de crédito. As principais reclamações versam sobre cobranças indevidas na fatura, alterações unilaterais nos contratos e serviços não fornecidos conforme estabelecido em contrato.

Mesmo com esses contratemplos, o uso do dinheiro de plástico tem crescido a passos largos no país. Mas é importante ficar atento. Segundo o SNDIC, as ofertas para a aquisição de cartões de crédito são inúmeras, principalmente de lojas de departamento e de supermercados. Esse tipo de oferta normalmente traz descontos e condições exclusivas

## DICAS PARA USAR CORRETAMENTE O CARTÃO DE CRÉDITO

1. Fique atento às taxas de anuidades dos cartões
2. Cuidado com o número de cartões na carteira
3. Administre seus gastos
4. Só faça compras parceladas se tiver o dinheiro para quitar as parcelas mensalmente
5. Observe o número de parcelas
6. Prefira prazos curtos, mesmo que tenha que cortar outros gastos
7. Fuja do crédito rotativo
8. Reserve um valor do orçamento para pagar a fatura do cartão
9. Pague sempre o saldo devedor total da fatura
10. Escolha uma data de vencimento próxima ao recebimento do seu salário

de parcelamento. Entretanto, faltam informações básicas ao consumidor sobre o serviço. Outro problema é que o uso desenfreado desse mecanismo geralmente leva ao endividamento.

Um estudo feito pelo portal “Meu Bolso Feliz”, site que disponibiliza dicas e orientações sobre educação financeira aos interessados, mostra que 83% dos consumidores brasileiros usam o cartão na modalidade crédito para efetuar compras parceladas. A pesquisa também revela que mais da metade desses consumidores já usou ou tem o hábito de usar o crédito rotativo, situação em que o cliente opta por pagar apenas uma parte entre o valor mínimo e o saldo total da fatura.

E os problemas não param por aí. Quatro em cada dez entrevistados atribuem à facilidade de uso como a principal causa das compras supérfluas, seguida pela dificuldade em manter o controle do valor das compras realizadas (36%) e por não resistir às compras por impulso (16%). Diante de todas as facilidades e conveniências do cartão, a maioria dos

entrevistados (61%) admite que no momento de parcelar uma compra o que mais pesa é se o valor de cada prestação cabe no bolso e não se os juros embutidos impactam no valor final do produto. “É justamente esses maus hábitos de planejamento financeiro a principal causa da inadimplência das famílias”, explica o educador financeiro do portal “Meu Bolso Feliz”, José Vignoli.

E esse é o grande risco. Pequenos gastos vão se somando e sem demora se transformam em uma quantia difícil de ser paga. “O cartão de crédito trouxe conveniência e segurança porque viabiliza o poder imediato de compra, mesmo que o consumidor não disponha de dinheiro no momento do uso. Mas, para usufruir das vantagens, é preciso controle para que a pessoa não gaste mais do que efetivamente possa pagar. Aqueles consumidores que não quitam o valor integral da fatura correm o risco de cair no efeito ‘bola de neve’, já que hoje a taxa média cobrada nessas operações gira em torno de 200% ao ano. É uma das maiores do mundo”, alerta José Vignoli. ■

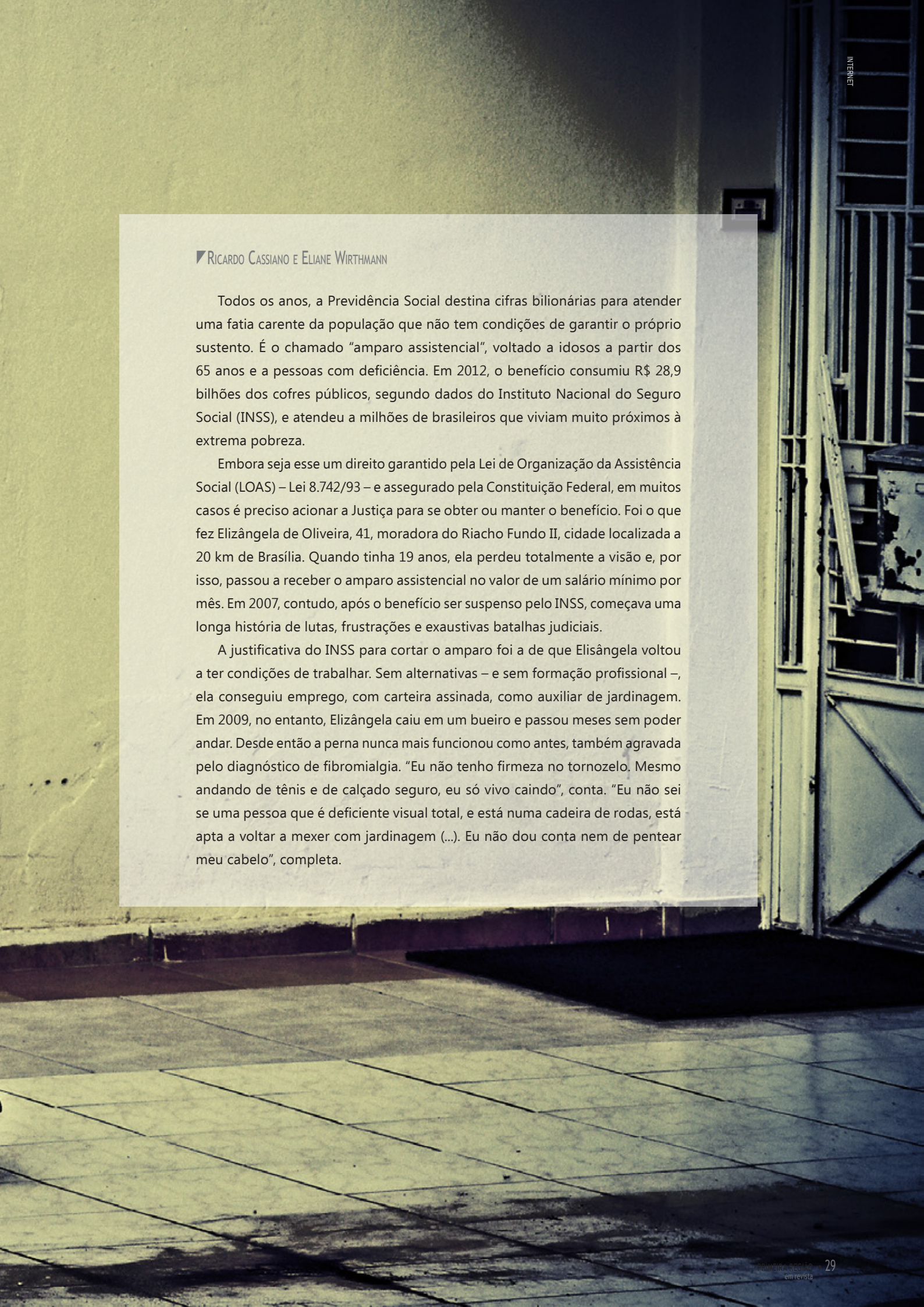


# Amparados pela Justiça

TRIBUNAL RESTABELECE BENEFÍCIO DE AMPARO ASSISTENCIAL A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OBRIGA INSS A PAGAR VALORES RETROATIVOS







RICARDO CASSIANO E ELIANE WIRTHMANN

Todos os anos, a Previdência Social destina cifras bilionárias para atender uma fatia carente da população que não tem condições de garantir o próprio sustento. É o chamado “amparo assistencial”, voltado a idosos a partir dos 65 anos e a pessoas com deficiência. Em 2012, o benefício consumiu R\$ 28,9 bilhões dos cofres públicos, segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e atendeu a milhões de brasileiros que viviam muito próximos à extrema pobreza.

Embora seja esse um direito garantido pela Lei de Organização da Assistência Social (LOAS) – Lei 8.742/93 – e assegurado pela Constituição Federal, em muitos casos é preciso acionar a Justiça para se obter ou manter o benefício. Foi o que fez Elizângela de Oliveira, 41, moradora do Riacho Fundo II, cidade localizada a 20 km de Brasília. Quando tinha 19 anos, ela perdeu totalmente a visão e, por isso, passou a receber o amparo assistencial no valor de um salário mínimo por mês. Em 2007, contudo, após o benefício ser suspenso pelo INSS, começava uma longa história de lutas, frustrações e exaustivas batalhas judiciais.

A justificativa do INSS para cortar o amparo foi a de que Elisângela voltou a ter condições de trabalhar. Sem alternativas – e sem formação profissional –, ela conseguiu emprego, com carteira assinada, como auxiliar de jardinagem. Em 2009, no entanto, Elizângela caiu em um buraco e passou meses sem poder andar. Desde então a perna nunca mais funcionou como antes, também agravada pelo diagnóstico de fibromialgia. “Eu não tenho firmeza no tornozelo. Mesmo andando de tênis e de calçado seguro, eu só vivo caindo”, conta. “Eu não sei se uma pessoa que é deficiente visual total, e está numa cadeira de rodas, está apta a voltar a mexer com jardinagem (...). Eu não dou conta nem de pentear meu cabelo”, completa.



Em casa, Elizângela passa a maior parte do tempo se equilibrando entre as muletas e a cadeira de rodas. Além das limitações físicas, a desempregada diz que sofre dificuldades financeiras e que passou, até, por um início de depressão. “Só vivo chorando porque não aguento ficar parada (...) e não tenho condições de pagar minhas contas. Estou vendo a hora de levantar e descobrir que cortaram minha água e minha luz”, lamenta.

Em busca de seus direitos, Elizângela pediu, na Justiça Federal, o amparo assistencial ou a aposentadoria por invalidez. No dia 12 de março deste ano, o INSS propôs, em audiência de conciliação, o restabelecimento total do amparo e o pagamento de 12 parcelas retroativas. Mas, como os valores ainda não foram depositados, a situação da beneficiária segue indefinida. “Eu não tenho preguiça. Não meço esforços para fazer o que eu tenho que fazer, mas é a minha situação. Minha saúde é que não me dá condições de voltar ao trabalho”, desabafa.

### RETROATIVO

Situação semelhante à de Elizângela viveu um morador de Itabuna, na Bahia, que buscou a Justiça Federal da 1.ª Região para garantir o pagamento retroativo do amparo assistencial. O beneficiário é acometido de surdez, tem dificuldade para falar e apresenta sinais de distúrbios mentais. Por isso, ele recebeu o amparo mensal a partir de 1997, mas teve o benefício suspenso em 2003. Somente em 2005, após novo pedido da família, o INSS voltou a assistir o segurado.



ASCOM

Na ação protocolada em 2006, o juiz de primeiro grau determinou o pagamento dos valores retroativos, referentes ao intervalo entre 2003 e 2005, e ratificou a manutenção definitiva do benefício: sentença mantida pela 2.ª Turma do TRF1.

Nos dois casos, o amparo foi cortado pelo INSS por orientação de um laudo médico pericial, que é feito a cada dois anos para comprovar se o segurado ainda se encontra impedido de trabalhar. “Após a avaliação, se permanecerem as condições que deram origem à concessão, o benefício é mantido. Se alterou algum parâmetro legal, o benefício é suspenso, e isso é comunicado ao beneficiário e ele tem todo amplo direito de defesa”, explica Raimundo Nonato de Sousa, chefe da Divisão de Gerenciamento de Benefícios Assistenciais do INSS. “Normalmente, quando a gente reativa um benefício suspenso, ele é reativado a partir da data da suspensão”, conclui.

No caso do morador de Itabuna, porém, o INSS não



INTERNET

## R\$ 28,9 bilhões

Foi o valor pago pelo governo, em 2012, a título de amparo assistencial

## AMPARO ASSISTENCIAL



**O benefício assistencial é destinado a pessoas com alguma deficiência e a idosos com mais de 65 anos de idade. De acordo com a legislação, é preciso comprovar a falta de condições para se sustentar e a renda inferior a um quarto do salário mínimo, ou seja, R\$ 181 por mês.**

**O INSS é responsável pela análise dos pedidos e pelo pagamento do benefício. Para solicitar a ajuda, é preciso procurar uma das agências do INSS ou agendar atendimento pelo telefone 135.**

pretendia pagar o retroativo, mas agora deverá depositar os valores atrasados por força da decisão do TRF1. “Não é razoável supor que no lapso temporal entre a cessação (março/2003) e concessão do segundo benefício assistencial ao deficiente (maio/2005) o autor tivesse recuperado suas condições laborativas”, asseverou o relator da ação, juiz federal convocado Cleberson Rocha.

### **RENDA PER CAPITA**

No mesmo julgamento, o magistrado discorreu sobre outra questão envolvendo o pagamento do amparo assistencial. O artigo 20 da Lei 8.742/93 condiciona os repasses à comprovação de que a renda de cada membro da família – a chamada renda familiar *per capita* – seja inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. Como o valor é considerado muito baixo, o relator ponderou que leis mais recentes e julgamentos de tribunais superiores, entre eles o Supremo Tribunal Federal (STF), têm reconhecido outras formas de aferir a miserabilidade para a concessão de benefícios.

O magistrado citou, como exemplo de normas com “critérios mais elásticos”, as leis que instituíram o Bolsa Família, o Bolsa Escola e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação: todos com o previsão de renda per capita acima de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. “O requisito financeiro estabelecido pela lei (...) permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial”, diz decisão do Supremo citada pelo relator.

“A vulnerabilidade social deve ser aferida pelo julgador na análise do caso concreto, de modo que o critério objetivo fixado em lei deve ser considerado como um norte, podendo o julgador considerar outros fatores que viabilizem a constatação da hipossuficiência”, ratificou o juiz federal Cleberson Rocha. Com a decisão da 2.ª Turma do TRF1, o beneficiário de Itabuna terá direito a receber o amparo assistencial e as parcelas atrasadas, que deverão ser acrescidas de correção monetária e juros moratórios conforme o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal. ■

FOTOS: PROPRIETÁRIO



Ao lado, Marcos Augusto ocupa seu assento no Plenário  
Acima, público prestigia sessão solene de posse realizada na  
Sala de Sessões Plenárias do Tribunal, em Brasília

# Marcos Augusto de Sousa é o novo desembargador federal do TRF1

O MAGISTRADO FOI PROMOVIDO PELO CRITÉRIO DE  
MERCIMENTO PARA OCUPAR A VAGA DECORRENTE DA  
APOSENTADORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES

THAINÁ SALVIATO

Em sessão solene realizada no dia 25 de junho, o juiz federal Marcos Augusto de Sousa tomou posse no cargo de desembargador federal do TRF da 1.ª Região. A cerimônia aconteceu na Sala de Sessões Plenárias do Tribunal, em Brasília, com mesa de honra presidida pelo desembargador federal Cândido Ribeiro, presidente do Tribunal, e composta pelo representante do presidente do Superior Tribunal de Justiça

(STJ), ministro Ari Pargendler; pelo ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; pelo representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Lavocat Galvão, e pela procuradora-chefe da Procuradoria Regional da República da Primeira Região, Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento.

O novo membro do TRF foi promovido pelo critério de





## Presenças

A solenidade contou com a presença dos desembargadores federais do TRF da 1.<sup>a</sup> Região; do ministro do Supremo Tribunal Federal Ilmar Galvão; dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, Laurita Vaz, João Otávio de Noronha, Arnaldo Esteves Lima, Mauro Campbell, Isabel Gallotti e Assusete Magalhães; do corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Humberto Martins; do ministro do Tribunal Superior Eleitoral Tarcísio Vieira de Carvalho; do ministro do Tribunal Superior do Trabalho Douglas Alencar Rodrigues; do ministro do Tribunal de Contas da União Weder de Oliveira; do representante do advogado-geral da União, procurador-geral da União, Paulo Henrique Kuhn; do representante do comandante do Exército, general de brigada Valério Stumpf Trindade; de subprocuradores-gerais da República; do presidente do TRF da 2.<sup>a</sup> Região, desembargador federal Sérgio Schwaitzer; do presidente do TRF da 5.<sup>a</sup> Região, desembargador federal Francisco Wildo Lacerda Dantas; do presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa; da presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, desembargadora Socorro Guedes Moura; do representante do presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, desembargador Kisleu Dias Maciel Filho; de procuradores regionais da República; de membros do Ministério Público Estadual; do presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, juiz federal Antônio César Bochenek; do representante da presidente da Associação dos Juízes Federais da 1.<sup>a</sup> Região, juiz federal Roberto Carvalho Veloso; de diretores de foros das seções judiciárias da Primeira Região; de juízes federais; de juízes de direito; do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção DF, Ibanes Rocha Barros Junior; de defensores públicos federais; de procuradores federais; da prefeita do município de Ceres, Maria Inês Brito; do representante do prefeito de Manaus, secretário municipal chefe da Casa Civil, Lourenço Braga; do representante do prefeito de Goiânia, secretário municipal de fiscalização, Allen Anderson Viana; além de reitores e pró-reitores de instituições de ensino universitário; diretores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal; advogados, jornalistas, servidores e familiares do desembargador empossado.

merecimento para ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador federal Catão Alves, ocorrida em novembro de 2013. O ato de nomeação, assinado pela presidente da República, Dilma Roussef, foi publicado no dia 5 de junho, no Diário Oficial da União (DOU), na Seção 2.

Para o presidente Cândido Ribeiro, a vasta experiência do empossado na magistratura federal vai contribuir de forma expressiva para a prestação jurisdicional do TRF1: “Dr. Marcos é um grande juiz, um rapaz que já há muito está na magistratura federal, e a nossa expectativa é que a atuação dele no Tribunal seja excepcional, pois ele já está aqui, inclusive, há muitos anos convocado pela corregedoria e pela própria presidência”.

Marcos Augusto de Sousa destacou, em entrevista, que passa a integrar a Corte com o intuito de somar e com a consciência de que tem um grande desafio pela frente. “É uma atividade de muita responsabilidade, mas tenho disposição e darei o melhor de mim nessa nova missão. Hoje sobressai a qualquer observador o grande quantitativo de processos em todos os gabinetes das diversas seções do Tribunal, e acredito que devemos adotar práticas que sejam compatíveis com a qualidade que o jurisdicionado espera e, ao mesmo tempo, assegurar uma celeridade que também seja compatível com essa realidade”, declarou.

O juiz federal inicia a carreira de desembargador federal após quase 22 anos de exercício da magistratura na Justiça



Presidente Cândido Ribeiro  
entrega o Colar Ministro  
Nelson Hungria ao novo  
desembargador federal



Federal da Primeira Região. Marcos Augusto de Sousa é graduado em Direito pela Universidade Católica de Goiás (atual PUC Goiás) desde 1988 e é especialista nas áreas de Política e Direito Ambiental (Universidade Católica de Louvain-la-Neuve, Bélgica – 1994) e de Execução contra a Fazenda Pública (UFRJ/ Conselho da Justiça Federal – 2001). Exerceu a magistratura nas comarcas de Goianésia e de Vianópolis, no estado de Goiás, e nas seções judiciárias do Amazonas, do Mato Grosso e do Distrito Federal além de responder, em diversas oportunidades, pela Seção Judiciária de Roraima. O magistrado integrou o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas como membro titular e suplente, atuou como juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça e preside a Comissão Permanente do Manual de Cálculos da Justiça Federal desde 2001. Lecionou as disciplinas de Processo em Direito Ambiental na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e de Processo Civil e Direito Ambiental em curso preparatório para Promotor de Justiça da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Atualmente, é professor de Direito Processual Civil no Centro Universitário

de Brasília (UnICEUB) e ministra cursos de aperfeiçoamento para servidores promovidos pelo TRF1 e pelas Seções Judiciárias do Amazonas e do Distrito Federal nas áreas de Processo Civil e Processo Penal.

**Composição do TRF** – o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região é um dos cinco TRFs brasileiros e tem composição plena de 27 desembargadores federais, nomeados pelo presidente da República. A Corte é integrada por magistrados com idade entre trinta e sessenta e cinco anos, sendo um quinto deles provenientes da carreira de advogados e de membros do Ministério Público Federal (MPF), com mais de dez anos de atuação – o chamado “quinto constitucional”. Os demais integrantes são nomeados mediante promoção de juízes federais com mais de cinco anos de exercício. Estes são escolhidos pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente. A jurisdição do TRF da Primeira Região abrange o Distrito Federal e 13 estados da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. ■



# Pela terceira vez

TRF1 RECEBE PRÊMIO CONCILIAR É LEGAL POR AUDIÊNCIAS  
REALIZADAS EM 2013

MAIRA BESSA/CB

O Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região recebeu o Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por alcançar o segundo lugar em número de audiências realizadas, para cada 100 mil habitantes, durante a Semana Nacional de Conciliação de 2013. Nos cinco dias da iniciativa, a Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região promoveu 10.162 audiências.

É a terceira vez que o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região (Sistcon) recebe o Prêmio Conciliar é Legal na vertente Justiça Federal, maior quantitativo de acordos homologados.

O desembargador federal Reynaldo Fonseca, à época coordenador do Sistcon, parabenizou todos aqueles envolvidos nessa iniciativa na 1.<sup>a</sup> Região.

“Para mim, que coordenei o SistCon até maio de 2014, é uma alegria grande confirmar a informação de dezembro de 2013 e saber que o TRF1 recebeu, uma vez mais, o referido prêmio, que pertence, na verdade, aos juízes, servidores, conciliadores e parceiros que realizaram esse magnífico trabalho”.

Também a coordenadora recém-empossada do Sistcon, desembargadora

federal Maria do Carmo Cardoso, comemorou a premiação, que, para ela, traduz-se em reconhecimento da atuação dos magistrados da Primeira Região, que estão à frente das conciliações, com prejuízo, inclusive, da vida familiar. “São os principais atores (...). Seguramente, o reconhecimento pelo CNJ da atuação conciliatória realizada pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região – diferenciado de todos os outros quatro Tribunais Regionais Federais por sua jurisdição alcançar praticamente mais da metade do território brasileiro, mesmo rincões onde a população é a mais carente – só pode ser motivo de grande alegria e de realização”, festejou a magistrada. Ela espera, à frente do Sistcon no biênio 2014-2016, continuar e ampliar a história de sucesso da conciliação na Primeira Região. “A comemoração, entretanto, é realizada a cada conciliação, a



Entrega do prêmio: atual coordenadora do Sistcon representa o Tribunal no momento da premiação

Reynaldo Fonseca, coordenador do Sistcon no período de 2012 até maio de 2014

cada solução rápida dos litígios. Espero poder levar o Tribunal a vários outros prêmios, não necessariamente representados por troféu, mas – e principalmente – pela realização da Justiça”, afirmou.

O Prêmio Conciliar é Legal foi concedido no dia 16 de junho pelas 17 práticas jurídicas que contribuíram para fortalecer a pacificação por meio do Poder Judiciário em 2013. Lançada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2010, a premiação homenageia magistrados e servidores das Justças Federal, Estadual e do Trabalho além de boas e inovadoras ações criadas no âmbito da Justiça para o aprimoramento dos métodos de solução de conflitos e pacificação social. ■

Com informações do CNJ



# Conhecimento compartilhado

TRFS DA 1.ª E DA 4.ª REGIÃO CELEBRAM ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA COMPARTILHAR SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES. O SEI, UTILIZADO PELO TRF4, REPRESENTA UM MARCO NA TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

▼ VERA CARPES/MB

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região assinou, no dia 25 de junho, um acordo de cooperação técnica com o Tribunal Regional Federal da 4.ª Região para utilização do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) daquele Regional pela Justiça Federal da 1.ª Região.

A diretora de Gestão do Conhecimento e gestora do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do TRF da 4.ª Região, Patrícia Valentina Garcia, fez uma rápida apresentação do sistema à direção do Tribunal, aos desembargadores e aos servidores que participaram da solenidade. Segundo Patrícia, o SEI foi criado em 2009 e representa um marco de modernização na tramitação de processos administrativos.

“Nesse sistema eletrônico de informações, o conhecimento é compartilhado por toda a instituição, promovendo a transparência das decisões administrativas”, explicou a gestora do Sistema.

Entre as vantagens apresentadas pelo SEI, a possibilidade de várias pessoas trabalharem simultaneamente no mesmo assunto/processo chama atenção porque agiliza e facilita o andamento dos trabalhos.

O SEI pode, ainda, ser utilizado em qualquer hora e lugar do mundo, por meio da *internet*, inclusive por meio de *tablets* e *smartphones*, aliando trabalho e mobilidade, característica de extrema importância na 1.ª Região, que abrange 13 estados e o Distrito Federal.

Patrícia Valentina disse ainda que o Sistema atende aos anseios da gestão pública por modernização. “Ele serve a toda esfera de poder público. Como é um *software* livre, é gratuito, portanto, além de proporcionar uma economia de dinheiro público, também proporciona sinergia e integração de toda a atividade administrativa pública”, explica.



Presidente Cândido Ribeiro e o presidente do TRF da 4.ª Região, Tadaaqui Hirose



Magistrados durante apresentação do sistema que será utilizado também no Tribunal

O presidente do TRF da 4.ª Região, desembargador federal Tadaaqui Hirose, afirmou que “quando as instituições aderem ao sistema, elas nos trazem um retorno para que possamos aperfeiçoá-lo”, disse o magistrado, ao ressaltar a importância da parceria também com o TRF da 1.ª Região. O magistrado lembrou que o TRF4 já colaborou com vários órgãos públicos, assinando acordos de cooperação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Superior Tribunal Militar (STM) e Tribunais de Justiça de vários estados.



Apresentação do sistema: agilidade no trâmite e economia de tempo e papel



Diretores de secretarias e servidores após conhecerem o Sistema Eletrônico de Informação

O Presidente do TRF da 1.<sup>a</sup> Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, falou dos ganhos que a nova ferramenta vai trazer para o Tribunal, facilitando o trabalho de gestão administrativa na 1.<sup>a</sup> Região. “Com essa ferramenta, temos a expectativa de poder racionalizar muito a tramitação dos expedientes administrativos, minimizando o quanto possível a sobrecarga de trabalho a que estão submetidos os servidores e, também, fazendo uma grande economia de papel”, disse o presidente, ressaltando o lado sustentável da iniciativa.

O magistrado encerrou a solenidade agradecendo a parceria. “Essa experiência que a 4.<sup>a</sup> Região nos oferece hoje é motivo de orgulho para a 1.<sup>a</sup> Região, uma vez que podemos aderir a esse trabalho concebido e que já tem o êxito reconhecido”.

A adoção do SEI foi aprovada pelo presidente Cândido Ribeiro, após estudos comparativos com outros sistemas realizados pela administração do Tribunal, que sugeriram sua utilização por ser o sistema eletrônico administrativo que melhor atende às necessidades do Tribunal, das seções e subseções judiciárias vinculadas. ■



# Tribunal implanta Biblioteca Digital

NOVA FERRAMENTA VAI UNIFICAR DOCUMENTOS, ATOS E PUBLICAÇÕES DE TODA A 1.ª REGIÃO  
EM ACERVOS ESPECÍFICOS FACILITANDO A PESQUISA

JAIR CARDOSO

Reunir, armazenar, disponibilizar e divulgar, em meio digital, documentos, atos e publicações do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da Justiça Federal da Primeira Região em acervos específicos, unificando ferramentas de pesquisa. Essa é a finalidade da Biblioteca Digital do TRF1 (BDTRF1). Instituída pela Portaria Presi/Secge 217, de 20 de junho de 2014, a ferramenta entra em

funcionamento no dia 1.º de julho. O acesso à Biblioteca será disponibilizado para os públicos interno e externo

por meio do Portal do Tribunal, na *internet* e na *intranet*, no *link* Biblioteca Digital.

Trata-se de uma coleção de documentos preparados de forma digital na sua origem ou produzidos mediante digitalização de materiais existentes, fornecendo recursos para selecionar, estruturar, oferecer acesso, interpretar, distribuir, preservar a integridade e garantir a sua permanência no tempo.

A BDTRF1 foi instituída durante a gestão anterior, tendo em vista a necessidade de reunir os atos administrativos do TRF1 em uma única base de dados. A medida também busca racionalizar o trabalho, otimizar a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis e evitar a duplicidade de esforços. A gestão da nova ferramenta ficará a cargo da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental (Dibib).

De acordo com a diretora da Dibib, Márcia Mazo, a Biblioteca Digital "é um salto qualitativo e quantitativo na consulta a bases de dados e disponibilização de documentos eletrônicos, com recursos de busca poderosos. Trata-se de repositório digital construído para indexação, preservação e compartilhamento, facilitando o acesso à informação".



## COMPETÊNCIAS DA DIBIB

1. Propor as políticas e as diretrizes relativas aos conteúdos a serem depositados na BDTRF1
2. Propor a criação de novas coleções
3. Administrar e manter o conteúdo de acordo com os padrões adotados para organização de repositórios digitais
4. Fiscalizar os dados cadastrados nos metadados, garantindo que o conteúdo depositado alinhe-se às técnicas e normas relativas à preservação digital
5. Elaborar o Manual de Inclusão de dados na BDTRF1



**Coleções** – A nova base de dados da Justiça Federal da 1.ª Região terá seu conteúdo organizado em coleções classificadas de acordo com os tipos de documentos e informações de mesma natureza. A publicação de documentos na BDTRF1 deve respeitar a legislação de direitos autorais vigente bem como eventuais restrições impostas pela sua natureza. Para preservar a segurança das informações, os documentos ali divulgados podem ter acesso público ou restrito, conforme estabelece

a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011).

A Portaria Presi/Secge 217/2014 estabelece que os atos administrativos do TRF-1 terão depósito obrigatório na Biblioteca, sendo vedada a retificação de ato já publicado no Boletim Eletrônico ou na Coleção dos Atos Administrativos. Ainda segundo a Portaria, a responsabilidade pelo conteúdo do texto, pela fidedignidade das informações e pela revisão gramatical dos atos administrativos ali depositados é da unidade emissora.

**Boletim de Serviço** – Em virtude da implantação da BDTRF1, a edição do Boletim de Serviço do TRF da 1.ª Região instituída pelo Ato n.º 5, de 17 de janeiro de 1990, será desativada a partir de 1.º de julho. A veiculação de atos administrativos de natureza interna somente ocorrerá por intermédio do Boletim Eletrônico. Os atos de natureza externa serão

publicados por intermédio da Coleção Atos Administrativos da Biblioteca Digital. Outras ferramentas também foram desativadas, entre elas a base de dados “Documentos Oficiais” e a consulta aos atos administrativos mediante a base de dados *Pergamum*. ■

## COLEÇÕES

1. Atos administrativos
2. Boletim Eletrônico
3. Boletins de serviço
4. Doutrina
5. Publicações institucionais
6. Produção intelectual de magistrados
7. Produção intelectual dos servidores
8. Palestras
9. Discursos
10. Vídeos e fotos institucionais
11. Boas práticas
12. Outros documentos

## ATOS ADMINISTRATIVOS DO TRIBUNAL

- I. Decisões administrativas
- II. Atas e pautas administrativas
- III. Provimentos, resoluções, portarias, orientações e instruções normativas
- IV. Editais administrativos, avisos e comunicados
- V. Expedientes, extratos, termos, ordens de serviço e enunciados
- VI. Contratos, convênios, aditivos e distratos
- VII. Despachos de autoridades administrativas relacionadas a interesses individuais
- VIII. Atos oficiais que autorizem, permitam ou concedam a execução de serviços
- IX. Atos relativos a pessoal cuja publicação decorrer de disposição legal

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, somente são considerados sigilosos os documentos avaliados como imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

- Pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
- Prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
- Pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- Oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
- Prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;
- Prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- Pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou
- Comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

# Veja quem são os novos diretores das seções e subseções judiciárias da 1.ª Região

CLÁUDIA BERNAL

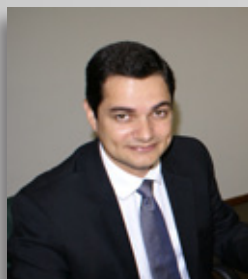
A primeira instância da Justiça Federal da 1.ª Região está sob o comando de novos diretores e vice-diretores de foro desde o dia 1.º de junho. Os magistrados foram designados pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador Cândido Ribeiro, por meio de portaria assinada, no dia 15 de maio, que definiu os gestores que vão conduzir os passos das seções e subseções judiciárias vinculadas ao TRF1 no biênio 2014-2016.

O mandato dos novos diretores e vice-diretores das seções judiciárias da 1.ª Região será encerrado no dia 31

de maio de 2016. Conscientes dos desafios que terão pela frente, eles assumem com o compromisso, dentre outros, de levar uma prestação jurisdicional mais célere à população atendida pela Justiça Federal.

Ao longo de todo o mês de junho, as seccionais realizaram as solenidades de transmissão dos cargos e ratificação das posses dos magistrados. Minas Gerais realizará o evento no dia 18 de julho.

Primeira Região em Revista apresenta para você os novos diretores:



## ACRE

Juiz federal NÁIBER PONTES DE ALMEIDA – diretor do foro

Juiz federal JAIR ARAÚJO FACUNDES – Vice-diretor do foro



### DIRETOR DA SUBSEÇÃO - AC

#### • Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul

Juiz federal GLEUSO DE ALMEIDA FRANÇA



## AMAPÁ

Juíza federal LÍVIA CRISTINA MARQUES PERES – Diretora do foro

Juiz federal ANSELMO GONÇALVES DA SILVA – Vice-diretor do foro



### DIRETORES DAS SUBSEÇÕES - AP

#### • Subseção Judiciária de Laranjal do Jari

Juiz federal MARCELO HONORATO

#### • Subseção Judiciária de Oiapoque

Juíza federal DAYSE STARLING LIMA CASTRO





## AMAZONAS

Juíza federal MARÍLIA GURGEL ROCHA DE PAIVA E SALES – Diretora do foro

Juíza federal ANA PAULA SERIZAWA SILVA PODEDWORNY –

Vice-diretora do foro



### DIRETORES DAS SUBSEÇÕES - AM

- **Subseção Judiciária de Tabatinga**

Juiz federal TÁRSIS AUGUSTO DE SANTANA LIMA

- **Subseção Judiciária de Tefé**

Juiz federal MÁRCIO ANDRÉ LOPES CAVALCANTE



## BAHIA

Juiz federal IRAN ESMERALDO LEITE – Diretor do foro

Juiz federal DIRLEY DA CUNHA JÚNIOR – Vice-diretor do foro



### DIRETORES DAS SUBSEÇÕES - BA

- **Subseção Judiciária de Alagoinhas**

Juíza federal OLÍVIA MÉRILIN SILVA

- **Subseção Judiciária de Barreiras**

Juiz federal IGOR MATOS ARAÚJO

- **Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa**

Juiz federal Substituto FELIPE BOUZADA FLORES VIANA – (diretor até a entrada em exercício de juiz federal ou de juiz federal substituto na Subseção).

- **Subseção Judiciária de Campo Formoso**

Juiz federal RODRIGO PINHEIRO DO NASCIMENTO

- **Subseção Judiciária de Eunápolis**

Juiz federal ALEX SCHRAMM DE ROCHA

- **Subseção Judiciária de Feira de Santana**

Juiz federal VALTER LEONEL COELHO SEIXAS

- **Subseção Judiciária de Guanambi**

Juiz federal MARCEL PERES DE OLIVEIRA

- **Subseção Judiciária de Ilhéus**

Juiz federal LINCOLN PINHEIRO COSTA

- **Subseção Judiciária de Irecê**

Juiz federal EUDÓXIO CÊSPEDES PAES

- **Subseção Judiciária de Itabuna**

Juíza federal MAÍZIA SEAL CARVALHO PAMPONET

- **Subseção Judiciária de Jequié**

Juíza federal KARINE COSTA CARLOS RHEM DA SILVA

- **Subseção Judiciária de Juazeiro**

Juíza federal KARIN ALMEIDA WEH DE MEDEIROS

- **Subseção Judiciária de Paulo Afonso**

Juiz federal JOÃO PAULO PIRÔPO DE ABREU

- **Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas**

Juiz federal LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA AGUIAR

- **Subseção Judiciária de Vitória da Conquista**

Juiz federal FÁBIO STIEF MARMUND



## DISTRITO FEDERAL

Juiz federal RUI COSTA GONÇALVES – Diretor do foro

Juiz federal VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA – Vice-diretor do foro



## GOIÁS

Juiz federal PAULO ERNANE MOREIRA BARROS – Diretor do foro

Juiz federal CARLOS ROBERTO ALVES DOS SANTOS –  
Vice-diretor do foro



### DIRETORES DAS SUBSEÇÕES - GO

• **Subseção Judiciária de Anápolis**

Juíza federal IOLETE MARIA FIALHO DE OLIVEIRA

• **Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia**

Juiz federal ALYSSON MAIA FONTENELE

• **Subseção Judiciária de Formosa**

Juiz federal EDUARDO LUIZ ROCHA CUBAS

• **Subseção Judiciária de Itumbiara**

Juiz federal EMILSON SILVA NERY

• **Subseção Judiciária de Jataí**

Juiz federal ALEXANDRE HENRY ALVES

• **Subseção Judiciária de Luziânia**

Juiz federal GUILHERME JORGE DE RESENDE BRITO

• **Subseção Judiciária de Rio Verde**

Juiz federal Substituto JOSÉ MAURO BARBOSA

• **Subseção Judiciária de Uruaçu**

Juíza federal RAQUEL SOARES CHIARELLI



## MARANHÃO

Juiz federal RONALDO CASTRO DESTÊRRO E SILVA – Diretor do foro

Juiz federal LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO – Vice-diretor do foro



### DIRETORES DAS SUBSEÇÕES - MA

• **Subseção Judiciária de Bacabal**

Juiz federal GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS

• **Subseção Judiciária de Caxias**

Juiz federal AGLIBERTO GOMES MACHADO

• **Subseção Judiciária de Imperatriz**

Juiz federal BRUNO CÉSAR BANDEIRA APOLINÁRIO





## MATO GROSSO

Juiz federal MARCELO MEIRELES LOBÃO – Diretor do foro

Juiz federal ROBERTO LUIS LUCHI DEMO – Vice-diretor do foro



### DIRETORES DAS SUBSEÇÕES - MT

• **Subseção Judiciária de Barra do Garças**

Juiz federal PAULO AUGUSTO MOREIRA LIMA

• **Subseção Judiciária de Cáceres**

Juiz federal RAPHAEL CAZELLI DE ALMEIDA CARVALHO

• **Subseção Judiciária de Diamantino**

Juiz federal FÁBIO HENRIQUE RODRIGUES DE MORAES  
FIORENZA

• **Subseção Judiciária de Juína**

Juíza federal TÂNIA ZUCCHI DE MORAES

• **Subseção Judiciária de Rondonópolis**

Juiz federal CIRO JOSÉ DE ANDRADE ARAPIRACA

• **Subseção Judiciária de Sinop**

Juiz federal EDUARDO DE MELO GAMA



## MINAS GERAIS

Juiz federal MIGUEL ÂNGELO DE ALVARENGA LOPES – Diretor do foro

Juíza federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES –  
Vice-diretora do foro



### DIRETORES DAS SUBSEÇÕES - MG

• **Subseção Judiciária de Contagem**

Juiz federal CARLOS GERALDO TEIXEIRA

• **Subseção Judiciária de Divinópolis**

Juiz federal ELÍSIO NASCIMENTO BATISTA JÚNIOR

• **Subseção Judiciária de Governador Valadares**

Juiz federal WESLEY WADIM PASSOS FERREIRA DE SOUZA

• **Subseção Judiciária de Ipatinga**

Juiz federal RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

• **Subseção Judiciária de Juiz de Fora**

Juiz federal GUILHERME FABIANO JULIEN DE REZENDE

• **Subseção Judiciária de Lavras**

Juíza federal NAIR CRISTINA CORADO PIMENTA DE CASTRO

• **Subseção Judiciária de Manhuaçu**

Juiz federal GUSTAVO MOREIRA MAZZILLI

• **Subseção Judiciária de Montes Claros**

Juiz federal ALEXANDRE FERREIRA INFANTE VIEIRA

• **Subseção Judiciária de Muriaé**

Juiz federal MARCELO MOTTA DE OLIVEIRA

• **Subseção Judiciária de Paracatu**

Juiz federal GABRIEL JOSÉ QUEIROZ NETO

• **Subseção Judiciária de Passos**

Juiz federal BRUNO AUGUSTO SANTOS OLIVEIRA

• **Subseção Judiciária de Patos de Minas**

Juiz federal JOSÉ ALEXANDRE ESSADO

• **Subseção Judiciária de Ponte Nova**

Juiz federal JACQUES DE QUEIROZ FERREIRA

• **Subseção Judiciária de Pouso Alegre**

Juiz federal MÁRCIO JOSÉ DE AGUIAR BARBOSA

• **Subseção Judiciária de São João Del Rei**

Juiz federal LEANDRO SAON DA CONCEIÇÃO BIANCO

• **Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso**

Juiz federal MARCELO EDUARDO ROSSITTO BASSETTO

• **Subseção Judiciária de Sete Lagoas**

Juíza federal ANA PAULA RODRIGUES MATHIAS NUNES

• **Subseção Judiciária de Teófilo Otoni**

Juiz federal WESLEY WADIM PASSOS FERREIRA DE SOUZA  
(diretor até o retorno do juiz federal ou a entrada em  
exercício de juiz federal substituto na subseção).

• **Subseção Judiciária de Uberaba**

Juiz federal ÉLCIO ARRUDA

• **Subseção Judiciária de Uberlândia**

Juiz federal OSMAR VAZ DE MELLO DA FONSECA JÚNIOR

• **Subseção Judiciária de Unaí**

Juiz federal MARCELO REBELLO PINHEIRO

• **Subseção Judiciária de Varginha**

Juiz federal MAURO REZENDE DE AZEVEDO

• **Subseção Judiciária de Viçosa**

Juiz federal UBIRAJARA TEIXEIRA



## PARÁ

**Juiz federal ARTHUR PINHEIRO CHAVES – Diretor do foro**

**Juíza federal LUCYANA SAID DAIBES PEREIRA – Vice-diretora do foro**



### DIRETORES DAS SUBSEÇÕES - PA

- **Subseção Judiciária de Altamira**

Juiz federal CLÁUDIO HENRIQUE FONSECA DE PINA

- **Subseção Judiciária de Castanhal**

Juiz federal Substituto OMAR BELLOTTI FERREIRA

- **Subseção Judiciária de Itaituba**

Juiz federal RAFAEL LEITE PAULO

- **Subseção Judiciária de Marabá**

Juiz federal Substituto HEITOR MOURA GOMES

- **Subseção Judiciária de Paragominas**

Juiz federal MARCOS VINICIUS LIPIENSKI

- **Subseção Judiciária de Redenção**

Juiz federal MARCELO STIVAL

- **Subseção Judiciária de Santarém**

Juiz federal JOSÉ AIRTON DE AGUIAR PORTELA

- **Subseção Judiciária de Tucuruí**

Juiz federal WAGMAR ROBERTO SILVA



## PIAUÍ

**Juiz federal DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL – Diretor do foro**

**Juiz federal MARCELO CARVALHO CAVALCANTE DE OLIVEIRA –  
Vice-diretor do foro**



### DIRETORES DAS SUBSEÇÕES - PI

- **Subseção Judiciária de Corrente**

Juiz federal DERIVALDO DE FIGUEIREDO BEZERRA FILHO

- **Subseção Judiciária de Floriano**

Juiz federal BRUNNO CHRISTIANO CARVALHO CARDOSO

- **Subseção Judiciária de Parnaíba**

Juiz federal LUCAS ROSENDO MÁXIMO DE ARAÚJO

- **Subseção Judiciária de Picos**

Juiz federal NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS

- **Subseção Judiciária de São Raimundo Nonato**

Juiz federal FLÁVIO MARCELO SÉRVIO BORGES





## RONDÔNIA

Juiz federal TALEs KRAUSS QUEIROZ – Diretor do foro

Juiz federal DIMIS DA COSTA BRAGA – Vice-diretor do foro



### DIRETORES DAS SUBSEÇÕES - RO

- **Subseção Judiciária de Guajará-Mirim**

Juíza federal JAQUELINE CONESUQUE GURGEL DO AMARAL

- **Subseção Judiciária de Ji-Paraná**

Juiz federal ALAÔR PIACINI

- **Subseção Judiciária de Vilhena**

Juiz federal EMMANUEL MASCENA DE MEDEIROS



## RORAIMA

Juiz federal WAGNER MOTA ALVES DE SOUZA – Diretor do foro

Juíza federal CLARA DA MOTA SANTOS PIMENTA ALVES –

Vice-diretora do foro



## TOCANTINS

Juíza federal DENISE DIAS DUTRA DRUMOND – Diretora do foro

Juiz federal WALDEMAR CLAUDIO DE CARVALHO – Vice-diretor do foro



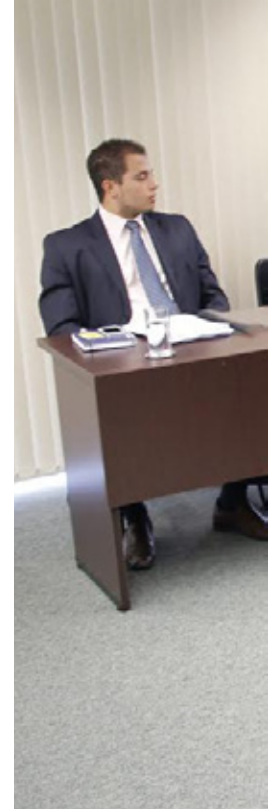
### DIRETORES DAS SUBSEÇÕES - TO

- **Subseção Judiciária de Araguaína**

Juiz federal LUCAS MARIANO CUNHA ARAGÃO DE ALBUQUERQUE

- **Subseção Judiciária de Gurupi**

Juiz federal JOSÉ GUTEMBERG DE BARROS FILHO ■



# Comitê Gestor do CJF valida objetivos estratégicos da Justiça Federal para 2015-2020

TERCEIRO ENCONTRO DO COMITÊ GESTOR DEBATEU MACRODESAFIOS REFERENTES À ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL

JAIR CARDOSO

Atender às necessidades dos cidadãos com presteza, qualidade e excelência, seguindo os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade. Esses são os objetivos da Administração Pública. E é justamente para atender aos anseios da população, garantindo mais celeridade na prestação jurisdicional, que todos os ramos da Justiça (federal, estadual, trabalhista, eleitoral e militar) estão trabalhando na elaboração do Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário 2015-2020. No âmbito da Justiça Federal, a tarefa é coordenada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) que, para sua execução, instituiu o Comitê Gestor do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, com representantes dos cinco tribunais regionais federais (TRFs).

Desde o início do ano, os integrantes desse Comitê têm-se reunido presencialmente para a realização de estudos e debates acerca do Planejamento Estratégico da Justiça Federal. O último encontro foi realizado nos dias

2 e 3 de junho, na sede do CJF, em Brasília. Representaram o Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região o diretor-geral do Tribunal, Carlos Frederico Maia Bezerra; a diretora da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação (Secge), Wânia Maritica; a diretora da Divisão de Desenvolvimento Institucional (Diget), Maria Carolina Ribeiro; e o diretor da Divisão de Estatística, Gustavo Stênio Silva Sousa.

Durante o encontro, o Comitê Gestor validou os objetivos estratégicos da Justiça Federal apresentados pelos cinco TRFs nas duas primeiras reuniões, dentre os quais a necessidade de agilizar os trâmites judiciais para o combate

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Agilizar os trâmites judiciais
- Combater a impunidade
- Utilizar penas alternativas
- Desenvolver ações para aumentar a efetividade do sistema de execução penal
- Utilizar videoconferências para a realização de audiências
- Criar um sistema para controle de prazos processuais e prescricionais
- Celebrar acordos de cooperação com outras instituições



INTERNET



No alto, à esq., representantes do TRF1 na terceira reunião do Comitê Gestor

à impunidade, a maior utilização de penas alternativas e o desenvolvimento de ações para aumentar a efetividade do sistema de execução penal.

Também ficou definido que os indicadores e metas propostos para a execução do planejamento estratégico 2015-2020 serão alinhados aos já existentes no “Justiça em Números”, glossário elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “A ideia é que utilizemos as mesmas fórmulas de cálculo e as mesmas descrições definidas no Glossário a fim de facilitar a mensuração dos dados”, ressalta o diretor-geral do TRF1, Carlos Frederico Maia Bezerra.

Outro tópico debatido durante a reunião foi a necessidade de se instituir o Sistema de Governança da Justiça Federal, no qual será inserido o planejamento estratégico da Justiça Federal da 1.ª Região. “O referido sistema terá por finalidade definir e avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho dessas, e promover o alinhamento do conjunto de ações relativas à gestão e ao uso dos recursos com foco nos resultados esperados para cidadãos e usuários dos serviços da Justiça Federal”, explica Carlos Frederico.

Também foi apresentado o Painel Estratégico da Justiça Federal, documento que apresenta o mapa estratégico da Justiça Federal, contendo a missão, a visão de futuro e os objetivos estratégicos que representam os desdobramentos dos dez macrodesafios para o período de 2015 a 2020. “O painel apresentado ainda está em construção colaborativa entre o CJF e os cinco tribunais regionais federais e deverá ser finalizado nos próximos encontros do Comitê Gestor”, esclarece o diretor-geral do TRF1.

**Andamento dos trabalhos** - A primeira reunião dos integrantes do Comitê Gestor foi realizada nos dias 27 e 28 de janeiro, no Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe). Na ocasião, foram estabelecidos objetivos, iniciativas e indicadores a partir da análise e do levantamento do cenário atual (pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças) do Poder Judiciário. Esses dados foram obtidos por meio de questionário respondido por magistrados de seções e subseções judiciais e por desembargadores federais. Representaram o TRF1 o desembargador Néviton Guedes, o juiz federal Marcelo Albernaz, e dirigentes da Diretoria Geral, da Secge e da Diden.

Na segunda reunião, realizada nos dias 24 e 25 de março, todos os TRFs apresentaram proposições sobre um macrodesafio específico. O primeiro a se apresentar sobre o macrodesafio “aprimoramento da gestão da Justiça Criminal” foi o TRF1. A equipe do Tribunal sugeriu como metas a diminuição do tempo médio do processo criminal – para 125 dias no Tribunal e 150 dias nas seccionais –; o cumprimento integral de penas alternativas e a redução, para 30%, da taxa de congestionamento de processos criminais na fase de conhecimento nos 1.º e 2.º graus em nível recursal. Durante o encontro, foram consolidados os indicadores de todos os dez macrodesafios. As proposições foram encaminhadas ao CNJ.

“O trabalho ainda está em andamento no Comitê Gestor e Técnico. Os objetivos estratégicos, os indicadores e as metas já foram definidos, mas ainda pode haver alterações. Ainda está em discussão, por exemplo, se as metas devem ser nacionais ou regionais. Essa decisão ainda será tomada



pelo Comitê Gestor do Planejamento Estratégico da Justiça Federal”, ressalta Carlos Frederico Maia Bezerra.

**Desafios** – Elaborar um planejamento estratégico consistente e factível não é tarefa fácil. É preciso analisar detalhadamente todas as variáveis internas e externas, estabelecer o objetivo para a organização, determinar a missão, a visão e os valores institucionais, fazer uma análise pormenorizada da imagem da organização perante seus públicos, organizar ações para manter um bom relacionamento com a imprensa, entre outras medidas. No caso da Justiça Federal da 1.ª Região, que congrega 13 estados da Federação e o Distrito Federal, a tarefa parece ser ainda mais complicada. E os desafios são gigantescos.

O diretor-geral do TRF1 lista os principais desafios a serem enfrentados pela Justiça Federal da 1.ª Região nos próximos seis anos: formular e implantar o processo eletrônico judicial e administrativo, ampliar o quadro de servidores e magistrados, criar novas varas federais, investir na capacitação de membros e servidores e finalizar a parametrização do sistema *Business Intelligence* (BO) para o aprimoramento da estatística processual.

**Ponto de partida** - O planejamento estratégico é uma eficiente ferramenta de gestão para as organizações, sejam públicas ou privadas. Trata-se de um processo gerencial

que diz respeito à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação, levando-se em conta as condições internas e externas. Pensando nisso, o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, em cumprimento às Resoluções 70/2009, do CNJ, 69/2009 e 73/2009, do CJF, aprovou o planejamento estratégico da Justiça Federal da 1.ª Região



Comitê Gestor consolida indicadores e metas para a execução do planejamento estratégico 2015-2020

## DESAFIOS DO TRF1 PARA 2015/2020

ASCOM



1. Formular e implantar iniciativas, projetos e ações que visem ao alcance dos macrodesafios estabelecidos pelo CNJ, em âmbito nacional, e dos objetivos estratégicos a serem estabelecidos pelo CJF no âmbito da Justiça Federal
2. Implantar o processo eletrônico judicial e administrativo
3. Ampliar o quadro de magistrados e servidores
4. Criar e especializar novas varas federais
5. Capacitar membros e servidores
6. Finalizar a parametrização do sistema Business Intelligence
7. Mensurar, periodicamente, os indicadores estratégicos a serem estabelecidos pelo CJF para toda a Justiça Federal para verificar o percentual de cumprimento das metas da Justiça Federal e, quando for o caso, estabelecer ações que visem ao seu integral cumprimento;
8. Mensurar, periodicamente, o percentual de cumprimento das metas nacionais anuais estabelecidas pelo CNJ e, quando for o caso, estabelecer ações que visem ao seu integral cumprimento

## OS MACRODESAFIOS



ASCOM/CJF

1. Aprimoramento da gestão da justiça criminal
2. Combate à corrupção e à improbidade administrativa
3. Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas
4. Adoção de soluções alternativas de conflito
5. Gestão de demandas repetitivas e dos grandes litigantes
6. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
7. Melhoria na gestão de pessoas
8. Melhoria na infraestrutura e na governança de TIC
9. Aperfeiçoamento da gestão de custos
10. Instituição da governança judiciária

para o ciclo 2010-2014, por meio da Resolução Presi 600-27, de 17 de dezembro de 2009.

O documento estabelece a missão, a visão, os atributos de valor para a sociedade e os objetivos estratégicos da Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região distribuídos em oito temas: eficiência operacional; acesso ao sistema de justiça; responsabilidade social; alinhamento e integração; atuação institucional; gestão de pessoas; infraestrutura e tecnologia; e orçamento. Esse planejamento esteve em vigor até 2012, quando os cinco tribunais regionais federais, juntamente com o CJF, chegaram a um consenso da necessidade de se estabelecer um planejamento estratégico único para toda a Justiça Federal.

Um longo trabalho foi realizado, e os planejamentos estratégicos dos TRFs em vigor à época foram revistos, consolidados e unificados. Desse trabalho surgiu a Resolução CJF 194/2012, que instituiu os Painéis Estratégicos da Justiça Federal e de Tecnologia da Informação, compostos pelo mapa, por objetivos, fatores críticos de sucesso, indicadores, metas e iniciativas. Esse planejamento consolidado estará em vigor até 31 de dezembro deste ano, o que motivou o CNJ a trabalhar em uma nova estratégia nacional para os próximos seis anos (2015-2020).

**VII Encontro Nacional** - Anualmente, o Conselho Nacional de Justiça promove encontros nos quais são determinadas metas anuais a serem cumpridas pelo Poder Judiciário. Durante o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em novembro de 2013, em Belém (PA), os presidentes de 90 tribunais brasileiros presentes ao evento aprovaram, além de seis metas nacionais, dez macrodesafios que vão nortear as atividades do Poder Judiciário de 2015 até 2020.

Foram aprovados também macrodesafios específicos para alguns ramos da Justiça. Cada segmento da Justiça deve trabalhar esses macrodesafios, detalhando-os, criando indicadores, metas além de iniciativas estratégicas que auxiliem na conquista desses macrodesafios. Cabe à Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região esmiuçar o macrodesafio voltado para o aprimoramento da gestão da Justiça Criminal.

Os trabalhos no âmbito da Justiça Federal e dos demais segmentos prosseguirão até o fim do ano, quando deverá ser finalizado o Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário para 2015-2020. O documento será apresentado durante o VIII Encontro Nacional do Judiciário organizado pelo Conselho Nacional de Justiça. ■

# Seção Judiciária do Piauí ganha turma recursal permanente

SECCIONAL ESPERA DAR CELERIDADE À APRECIÇÃO DOS MAIS DE 15 MIL RECURSOS QUE TRAMITAM NO ÓRGÃO



RAMON PEREIRA

Autoridades durante a solenidade

IVANI MORAIS E VIVIANE BANDEIRA

No dia 13 de junho, foi instalada a Turma Recursal (TR) Permanente dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí. O órgão é uma das 25 turmas distribuídas na Primeira Região, do total de 75 no âmbito da Justiça Federal, criadas pela Lei n.º 12.665/2002 e destinadas ao processamento e julgamento dos recursos oriundos dos juizados especiais federais.

Durante o evento, realizado na sede da Justiça Federal do estado, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, ressaltou o valor da nova unidade para a prestação jurisdicional.

“A importância é ter definitivamente instalada uma turma

com juízes que atuarão exclusivamente nela. Anteriormente, ela funcionava num sistema provisório em que um juiz era deslocado para a vara, acumulando o trabalho com a turma. Agora não, nós teremos membros permanentes, e o julgamento dos recursos será facilitado. Haverá uma prestação jurisdicional mais célere”, afirmou.

Também o diretor do foro da Seccional do Piauí, juiz federal Daniel Santos Rocha Sobral, comemorou a conquista da Justiça Federal no estado, que ainda não tinha uma turma estruturada. Ele destacou o elevado acervo processual existente que a Turma Recursal instalada de forma permanente terá que enfrentar. “Precisamos festejar porque





FOTOS: RAMON PEREIRA

Diretor do foro, Daniel Rocha Sobral; presidente do TRF1, Cândido Ribeiro, e vice-diretor do foro, Marcelo Cavalcante de Oliveira, após inauguração da Turma Recursal Permanente

a turma recursal tem hoje em torno de 15 mil processos. Então, a administração de V. Exa. (desembargador Cândido Ribeiro) começa bem porque abre edital em todas as turmas recursais e em pouco tempo instala a TR do Piauí. Nós não entendemos porque o estado não tinha uma TR até hoje, enquanto havia estados com duas, três turmas recursais. Parabéns pela iniciativa e sensibilidade de instalar a TR aqui no Piauí”, comemorou o magistrado.

As turmas recursais foram inicialmente constituídas com grupos de três juízes titulares e um suplente, investidos em mandatos temporários de dois anos, com a função de processar e julgar recursos interpostos contra decisões proferidas no âmbito dos Juizados Especiais Federais (JEFs). Em 2012, com o objetivo de propiciar a estabilidade necessária ao aperfeiçoamento do trabalho jurisdicional realizado, a Lei n.º 12.665 criou uma estrutura permanente e o cargo de juiz federal de Turmas Recursais, atendendo assim aos ideais de celeridade, efetividade e segurança nos julgamentos.

Para o vice-diretor do foro e presidente da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Piauí, juiz federal Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira, a criação de uma estrutura para as TRs era há muito tempo aguardada. “Um quadro próprio de juízes de Turmas Recursais, além de promover o julgamento mais célere dos processos, permitirá a padronização e a homogeneização da jurisprudência, contribuindo para a segurança jurídica”, disse.

Prestigiaram a solenidade o desembargador federal do TRF1 Kassio Nunes Marques, o ex-diretor do foro da SJPI, Francisco Hélio Camelo Ferreira, que compuseram a mesa de



Presidente do TRF1, Cândido Ribeiro (ao centro), em visita às instalações da Turma Recursal Permanente

honra juntamente com o presidente do TRF1, Cândido Ribeiro, e os novos diretores do foro, juízes federais da Seccional do Piauí, o juiz federal convocado para o TRF1, Carlos Augusto Pires Brandão, o secretário-geral da Presidência do TRF, Deyr Gomes Júnior, e servidores da seccional.

### RATIFICAÇÃO DE POSSE

A solenidade também foi marcada pela ratificação de posse dos juízes federais Daniel Santos Rocha Sobral e Marcelo Cavalcante Oliveira como diretor e vice-diretor do foro, respectivamente.

O novo diretor da Seção Judiciária do Piauí ressaltou a importância da ação conjunta de magistrados federais, servidores e do Tribunal para enfrentamento das dificuldades. O magistrado disse ainda que já identificou prioridades e definiu metas para a sua gestão. “Nossa administração será fincada em três pilares: administrativo-jurisdicional; magistrados-servidores e comunicação. No âmbito administrativo-jurisdicional, criaremos rotinas para maior celeridade e eficiência, capacitando servidores e magistrados para somar esforços; no eixo magistrados-servidores, nossa administração ouvirá os pleitos de todos os que fazem a SJPI e buscará meios para atendê-los no que for possível; no pilar comunicação, ampliaremos os canais de comunicação interna – já criamos, inclusive, um *e-mail* ‘fale com o diretor’ para comunicação direta de magistrados e servidores com a direção do foro – e de externa, dando amplitude à divulgação de sentenças e decisões, mostrando nossa atuação diária e estreitando os laços com a sociedade”, enfatizou o diretor do foro da SJPI. ■

# Esmaf sob nova administração

NOVA DIRETORIA DA ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1.ª REGIÃO PRETENDE DIMINUIR AS DISTÂNCIAS EXISTENTES NA 1.ª REGIÃO E DESTACA A IMPORTÂNCIA DOS ENCONTROS REGIONAIS

MAIRA BESSA/CB

Os desembargadores federais João Batista Gomes Moreira e Mônica Sifuentes são os novos dirigentes da Escola de Magistratura Federal da 1.ª Região (Esmaf). Eles foram empossados no dia 4 de junho e vão exercer os mandatos no biênio 2014-2016.

Durante a solenidade de posse, conduzida pelo presidente do TRF1, desembargador Cândido Ribeiro, o magistrado agradeceu ao desembargador Amílcar Machado pelo período em que esteve à frente dos trabalhos da Esmaf, de 2012 a 2014. “Foi um período muito importante, para a Escola, de crescimento e de reconhecimento institucional”, afirmou o presidente.

O novo diretor da Escola, desembargador federal João Batista Moreira, falou das suas expectativas em relação ao cargo. “Para mim, é uma honra assumir a diretoria da Escola de Magistratura Federal e pretendo desempenhar da melhor forma possível as minhas funções. (...) Espero fazer uma administração democrática, horizontal e participativa”, declarou o diretor.

O desembargador expôs, ainda, sobre a necessidade de se diminuir as distâncias existentes na 1.ª Região e destacou a importância dos encontros regionais promovidos pela escola, “que têm por finalidade o entrosamento e a troca de ideias entre os magistrados”, ressaltou.

Ao encerrar o ato, o presidente Cândido Ribeiro parabenizou os novos dirigentes da Esmaf, lembrando aos desembargadores João Batista Moreira e Mônica Sifuentes que estes, “ao final da gestão, receberão os resultados e o sucesso da empreitada”.

A posse foi realizada no gabinete da Presidência e contou com a presença de desembargadores e juizes federais, dirigentes e servidores do Tribunal.

A Escola de Magistratura Federal da 1.ª Região, Esmaf, foi criada, em 11 de abril de 2000, com o objetivo de promover a preparação, a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento dos magistrados federais, em substituição ao Núcleo de



FOTOS CARLOS RODRIGUES

Desembargador João Batista Moreira assina termo de posse como diretor da Esmaf



Presidente Cândido Ribeiro e desembargadora Mônica Sifuentes, vice-diretora da Esmaf

Preparação e Aperfeiçoamento dos Magistrados Federais – Numag, já existente desde 1993.

No portal do TRF1 ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)), [link](#) “Educação Corporativa”, estão disponíveis todas as informações sobre a Escola. Ao clicar em “Esmaf”, é possível saber o histórico, a composição, o corpo docente, o estatuto, as normas, as escolas judiciais além do calendário de cursos e de eventos programados. Parte da produção intelectual dos juizes que participam dos cursos também está disponibilizada na página. ■

# Designados gestores estratégicos das Metas Nacionais do Poder Judiciário na 1.ª Região

APOIO AO CUMPRIMENTO DAS METAS

■ MARA BESSA/CB

Elaborar e disseminar plano de ação para o cumprimento das metas. Essa é apenas uma das atribuições dos magistrados que vão gerenciar as Quatro Metas Nacionais do Poder Judiciário na 1.ª Região, definidas durante o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário em novembro de 2013. Essas metas foram designadas pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, por meio da Portaria Presi/Secge 202, de 10 de junho.

O juiz federal Rodrigo Navarro de Oliveira, convocado para prestar auxílio à Corregedoria Regional, será o gestor das Metas 1, 2, 4 e 5, em 1.º grau. Já o desembargador federal Reynaldo Fonseca vai gerenciar as mesmas metas, porém, em 2.º grau.

A portaria define dentre as atribuições dos gestores a de manter contato com as áreas do Tribunal e das Seções Judiciárias a fim de obter dados e apoiar o cumprimento das metas. São elas:

**I – Meta 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

**II – Meta 2:** Identificar e julgar, até 31/12/2014, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e pelo menos 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010 e pelo menos 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Federais;

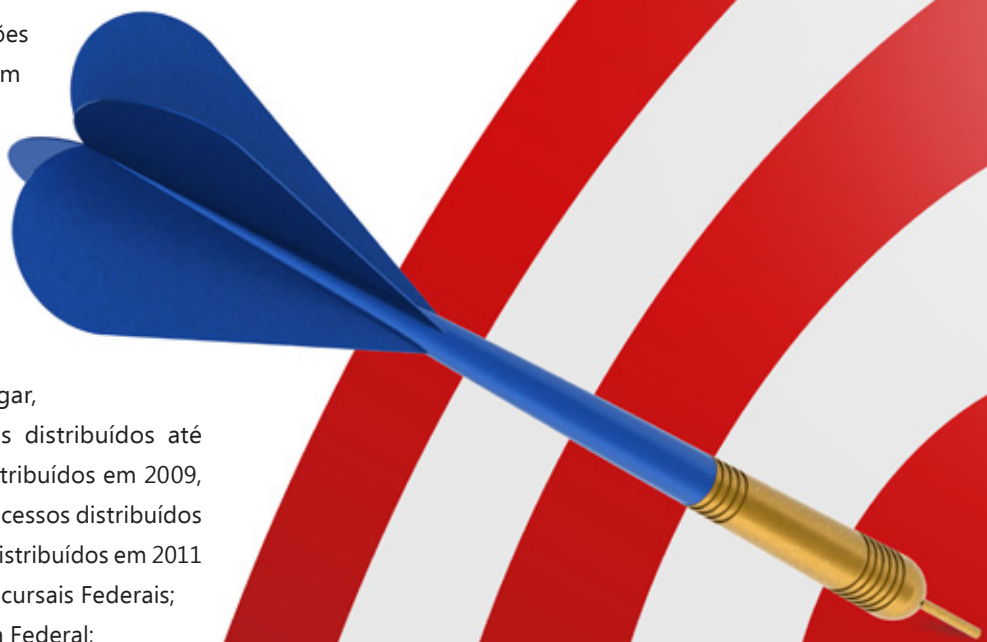
**III – Meta 3:** Não se aplica à Justiça Federal;

**IV – Meta 4:** Identificar e julgar, até 31/12/2014, 100% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011, e 50% dessas ações distribuídas em 2012;

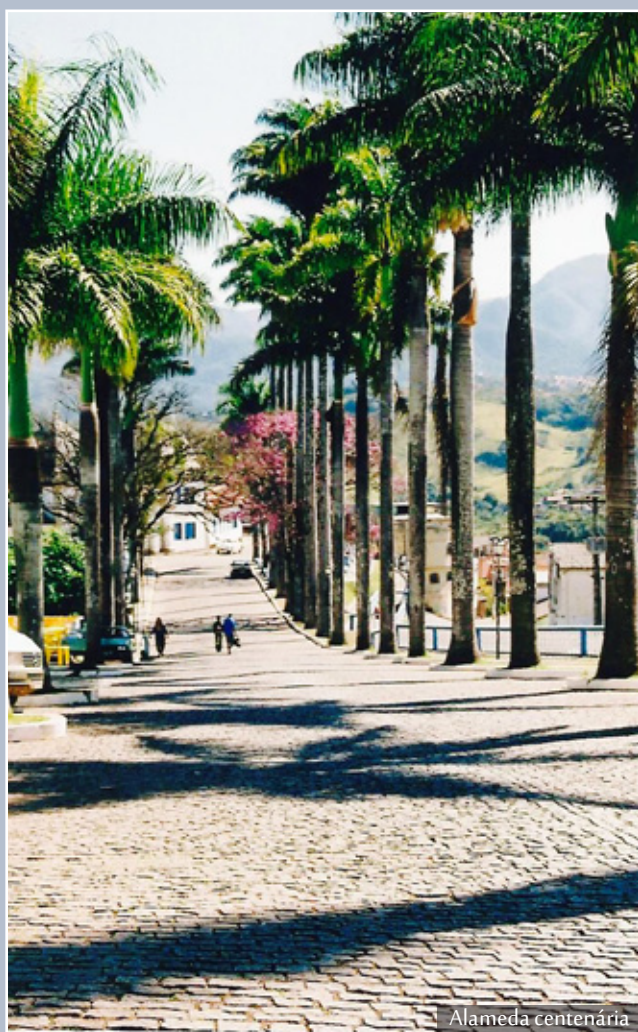
**V – Meta 5:** Reduzir em 10% o congestionamento em relação à taxa média de 2013 e 2012 na fase de cumprimento de sentença e de execução quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença;

**VI – Meta 6:** Não se aplica à Justiça Federal. ■

INTERNET







Alameda centenária



Basílica Bom Jesus de Matosinho

## Histórias de Minas Gerais

A CIDADE DE CONGONHAS, EM MINAS GERAIS, É UMA VERDADEIRA RELÍQUIA. NA VERDADE, AS CIDADES HISTÓRICAS MINEIRAS SÃO DE FATO HISTÓRICAS. ANDAR PELAS RUAS DE PEDRAS DO SÉCULO XVIII E VER A TRADIÇÃO COLONIAL MANTIDA NA ARQUITETURA, APRECIAR A ARTE BARROCA DE SUAS IGREJAS... É VOLTAR NO TEMPO! CONGONHAS NÃO É DIFERENTE. E É PRA LÁ QUE EU CONVIDO VOCÊ NESTA EDIÇÃO DE POR AÍ...

▼ EUVALDO PINHO\*/CB

Localizada na região mineira do Alto Paraopeba e rodeada de montanhas, Congonhas é o passaporte para aqueles que desejam viajar e ter a experiência de viver em uma época dourada. A primeira sensação impactante que tivemos: do alto de uma colina, 12 profetas vigiam atentos a cidade desde o século IXX. São os fiéis escudeiros esculpidos pela genialidade ímpar de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

Essas obras de arte fazem parte das 78 esculturas, todas em tamanho natural, que integram o conjunto artístico e arquitetônico da Basílica de Bom Jesus de Matosinhos, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1985.

Os 12 profetas estão dispostos no adro (pátio externo) da igreja e foram confeccionados em pedra-sabão. As outras obras foram trabalhadas em cedro e representam os passos da Paixão de Cristo. O conjunto de imagens é fascinante! Emociona os menos religiosos e até os nada religiosos.



Anjos barrocos



Profeta Abdias

Na primeira capela da Basílica, as imagens da Santa Ceia compõem uma cena dramática e refletem a perturbação dos apóstolos diante da revelação de Jesus sobre sua morte. A capela foi construída especialmente para abrigar essas esculturas e, segundo informações locais, foi a única edificada durante a permanência de Aleijadinho em Congonhas. Muitas outras obras se espalham pelas demais capelas representando os passos da Paixão de Cristo; porém, falar sobre essas esculturas iria ocupar muito espaço e tempo.

Uma boa dica é visitar o município em épocas festivas, como a Semana Santa, o Festival de Folia de Reis em junho, o Festival de Inverno em julho, a Semana do Aleijadinho e o Festival do Congado em agosto etc. Preferimos um dia em que a cidade tivesse pouco movimento para conseguir as imagens fotográficas com mais detalhes, e que compartilho com você aqui. Mas fica aqui minha sugestão: conheça e vivencie este complexo antes que a poluição e agentes alheios à nossa vontade danifiquem este acervo que destaca o nosso País internacionalmente nos caminhos da arte.

Um forte abraço e até a próxima! ■

\*Euvaldo Pinho é servidor aposentado da JFBA  
e colaborador da revista  
Fotos e legendas do autor





Centro Histórico à noite



Profeta Habacuque



Cidade



Natureza



Profeta Isaías





Telhados



Profeta Oseias



Visão noturna



Capela Passos da Paixão



Caminho da Fé

## GOIÁS

### Sentença mantém permissão para policiais rodoviários lavrarem boletins e termos de ocorrências

■ POR CARLOS EDUARDO - SECOS/GO

Ação civil pública proposta pelo Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Goiás (Sindepol) contra a União, o estado de Goiás e o Ministério Público do Estado de Goiás, com a finalidade de obter provimento que suspenda os efeitos do Termo de Cooperação n.º 009/2012 e, assim, impedir que policiais federais rodoviários procedam à lavratura de Boletins de Ocorrências Circunstanciados, não mereceu acolhimento por parte do juiz federal Euler de Almeida Silva Júnior.

No entendimento do magistrado, que proferiu a sentença no dia 3 de junho, o referido termo de cooperação consiste em ato interpretativo do disposto no art. 69 da Lei n.º 9.099/95, sem inovar o ordenamento jurídico, razão pela qual não há que se cogitar de afronta ao princípio da reserva legal ou da competência corrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre procedimento processual.

O julgador destacou que o Termo de Cooperação não criou atribuição nova para a Polícia Rodoviária Federal (PRF), pois o Ministério da Justiça estabeleceu a competência da PRF para lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) no art. 1.º, VII, da Portaria n.º 1.357/2007.

Também o Fórum Nacional dos Juizados Especiais já admitiu a não exclusividade dos delegados de polícia para a lavratura de TCO, assim como os tribunais do país têm admitido a lavratura de termos de ocorrência por policiais militares, sob o argumento de que a expressão 'autoridade policial', constante no art. 69 da Lei n.º 9.099/95, engloba qualquer autoridade investida de função policial.

"O Termo de Cooperação em questão confere agilidade ao trabalho da PRF ao permitir que os policiais federais rodoviários elaborem os TCOs e os BOCs nas rodovias e postos rodoviários onde foram registrados infrações e atos infracionais de menor potencial ofensivo, com imediato encaminhamento dos referidos atos formais ao Juizado Especial Criminal da comarca do local do fato", concluiu o magistrado. ■

Processo n.º: 36187-95.2012.4.01.3500



INTERNET

## Cobrança indevida gera indenização por danos morais

▀ POR ANA VALÉRIA CARVALHO/VIVIANE BANDEIRA - SECOS/PI



INTERNET

A Justiça Federal do Piauí determinou o pagamento de indenização por danos morais a um cliente da Caixa Econômica Federal (CEF), que teve seu nome incluído indevidamente no SPC e SERASA. O valor da indenização foi fixado em R\$2 mil. A sentença, do juiz federal titular da 8.ª Vara Federal, Daniel Santos Rocha Sobral, determinou também a exclusão imediata do nome do cliente dos cadastros de restrição ao crédito e declarou a inexistência de débito relacionado a contrato de empréstimo consignado.

O cliente relatou que formalizou contrato de crédito consignado com a Caixa Econômica Federal (CEF), ficando acordado que o débito seria liquidado em 24 parcelas mensais fixas de R\$79,31 a serem descontadas no contracheque do autor, que é servidor da Prefeitura Municipal de Teresina/PI.

Afirmou também, o requerente, que todas as parcelas foram regularmente descontadas, no período de setembro de 2008 a agosto de 2010, conforme demonstrado nos contracheques. No entanto, em 2011 a CEF passou a exigir-lhe o pagamento da última parcela (24.ª), a qual, segundo a instituição, estaria em aberto, além de proceder à inscrição de seu nome no SPC e SERASA.

O autor da ação declarou, ainda, nos autos do processo, que tentou a resolução conciliada do conflito, na CEF, sem obter êxito.

Em sua defesa, a Caixa Econômica Federal argumentou que não agiu de forma ilícita e que, “havendo o desconto da prestação e não ocorrendo o repasse pela empregadora, compete ao devedor comprovar que houve o desconto referente à prestação mensal a fim de evitar que seu nome seja incluído nos cadastros restritivos”.

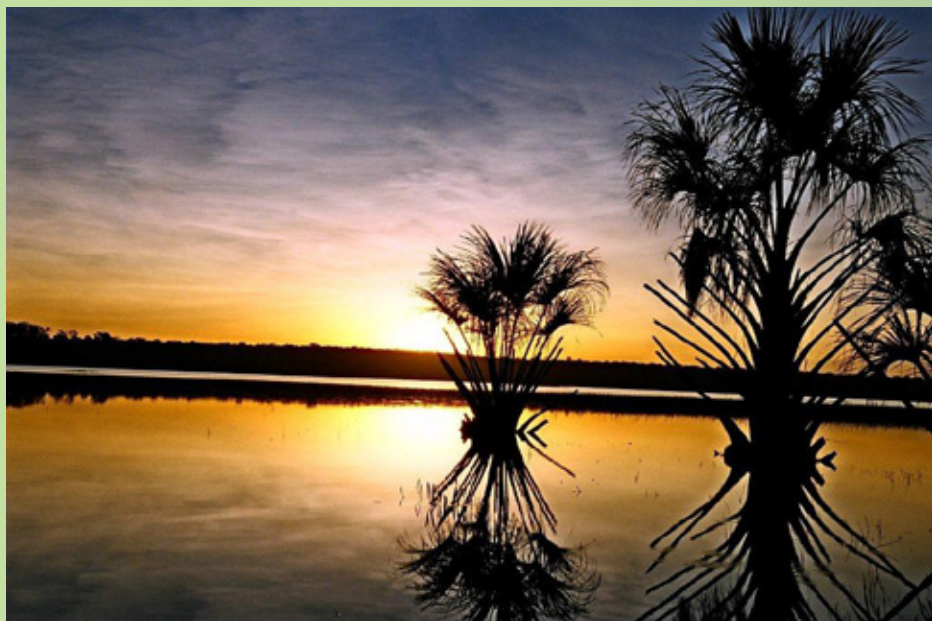
O juiz federal Daniel Santos Rocha Sobral considerou que o cliente cumpriu o seu dever de pagamento, vez que o empregador efetuou todos os descontos, conforme demonstram os contracheques de setembro de 2008 a agosto de 2010, anexados aos autos do processo.

Na sentença, o magistrado argumentou que: “a Caixa Econômica Federal, em virtude da ausência de repasse tão somente na última parcela, não demonstrou ter adotado nenhuma providência mínima antes de proceder à inclusão do nome do autor em cadastros de restrição ao crédito, pois caberia a ela diligenciar junto ao órgão empregador e, comprovado o desconto no contracheque do servidor, proceder à denúncia do convênio mantido com a Prefeitura, já que a edilidade não cumpria com as suas obrigações de repassar à instituição financeira os valores descontados”.

Após reiterar que cabia à instituição financeira, tão logo constatada a omissão, exigir do empregador do autor da ação o ressarcimento dos valores, o titular da 8.ª Vara Federal fixou o valor do pagamento por dano moral em R\$2 mil, considerando que não houve maiores transtornos provocados em razão da cobrança indevida. ■

Processo n.º 0022900-54.2011.4.01.4000





## Fotografias revelam belezas naturais e urbanas

▼ JÚLIO CÉSAR LEMES

O Lago Paranoá, a Chapada dos Veadeiros e o *Central Park* de Nova Iorque foram alguns dos lugares retratados em fotografias nas duas exposições que o fotógrafo e servidor do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, Mauro Putini, realizou no Espaço Cultural do TRF1, entre os dias 2 e 13 de junho. A primeira, intitulada *Riquezas do Cerrado*, que já circulou por outros espaços culturais de Brasília, como os do Aeroporto







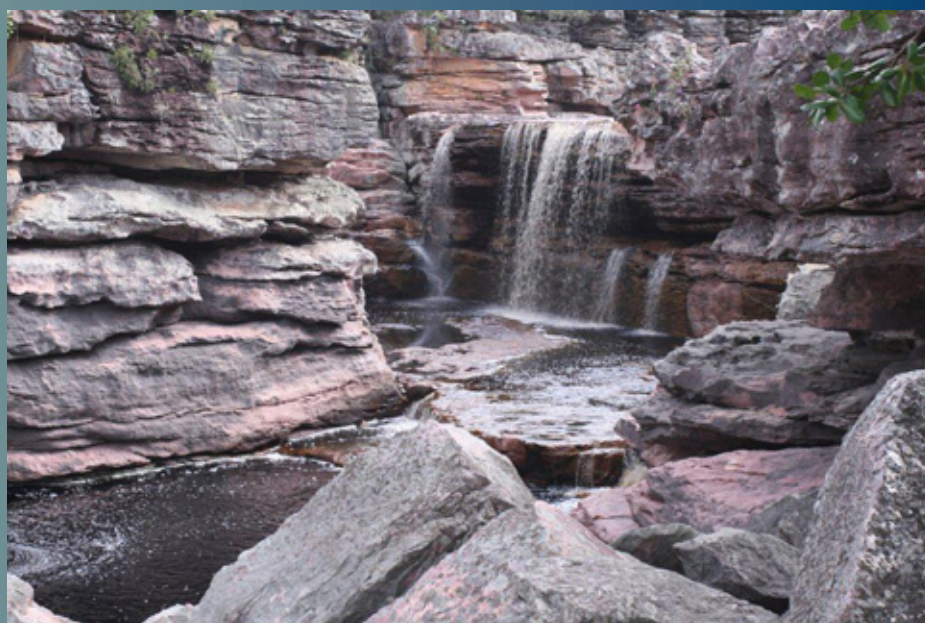
Juscelino Kubitschek e os do Ministério da Justiça, apresentou-se reeditada no espaço do Tribunal com novas fotografias. A segunda, *Paradeiros*, mostra trabalhos inéditos sobre arquitetura e cenas cotidianas de cidades cosmopolitas como Londres, na Inglaterra, e Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Amante e defensor da natureza, Mauro conta que a mostra *Riquezas do Cerrado* surgiu, inicialmente, com a ideia

de retratar as belezas naturais da região central do país. “Mas, depois, percebi que seria uma ferramenta para divulgar a importância de proteger esse bioma”, revela o fotógrafo.

Já *Paradeiros*, é uma exposição que revela um pouco da caminhada do artista pelo mundo ao longo de 10 anos. ■

Contato: Mauro Putini - 0.xx.61 – 9987-3416



# Coluna - cuidados para não travar

MÁ POSTURA, USO DE SALTO ALTO POR LONGOS PERÍODOS, SEDENTARISMO E TRANSPORTE DE PESO DE FORMA INADEQUADA SÃO OS PRINCIPAIS FATORES DA LOMBALGIA. SAIBA COMO PREVENIR O PROBLEMA

▼ JÚLIO CÉSAR LEMES/CB

A cada dia as pessoas passam mais tempo sentadas – no trabalho, em casa ou até nos momentos de lazer –. Diante desse quadro de comportamento, quase unânime na população brasileira, há um cuidado simples, porém de extrema importância, que tem sido esquecido: a atenção com uma postura adequada. Cerca de 50 milhões de brasileiros sofrem com problemas de coluna anualmente, decorrentes, em sua maioria, do sentar-se de forma errada, segundo dados do Instituto de Patologia da Coluna (IPC).

Incômodos e pequenas dores nas costas, que podem ser nas regiões cervical (pescoço) ou lombar (região baixa da coluna), ocorrem ocasionalmente, mas podem aumentar e se tornar problemas sérios, como hérnia de disco, artrose e lombalgia, se não receberem a atenção devida, enumera a fisioterapeuta especialista em Reeducação Postural Global (RPG), Iris Dutra. A lombalgia, que é uma das dores mais recorrentes, responde por 30% dos motivos de afastamento do trabalho nos dias atuais, de acordo com as informações do IPC.

“A lombalgia – ou dor lombar – é o conjunto de manifestações dolorosas na região baixa da coluna vertebral”, explica o médico ortopedista, especialista em cirurgia da coluna, Rodrigo Amaral. O profissional salienta que as principais causas são: má postura, uso de salto alto por longos períodos, sedentarismo e o transporte de peso de forma inadequada.

Se os maus hábitos se tornam constantes, ligeiros desconfortos podem ser o primeiro sinal do problema. No entanto, o médico lista outros indícios como queimações, crises com “travamentos”, incapacidade de ficar com o corpo ereto ou até mesmo de manter-se em pé.

Foi o que aconteceu com Leonardo Costa, servidor do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. Ele descobriu que



tinha lombalgia quando tinha apenas 20 anos de idade – embora o problema se manifeste, principalmente, em pessoas acima dos 45 anos –. “Durante o trabalho, eu fui me levantar para pegar um documento, mas não consegui. Minhas costas travaram”, conta Leonardo. Com muitas dores, ele foi levado ao médico, que deu o diagnóstico de lombalgia causada por erro de postura. Após passar cinco dias sem conseguir se levantar, Leonardo teve que passar por dez sessões de fisioterapia. O servidor conta que ainda tem crises uma vez por ano, o que o obriga a recorrer a analgésicos e a exercícios de fisioterapia.

As preocupações do dia a dia também são um grande inimigo da coluna. Leonardo conta que as dores ficam mais fortes quando ele está estressado. “Meu trabalho é muito acelerado, e as dores na coluna reagem ao estresse”, constata o funcionário. O médico Rodrigo Amaral explica que mais de 50% das pessoas com lombalgia sofrem também de ansiedade e até de depressão. “A limitação física e a mudança dos hábitos diários podem resultar em um sentimento de perda que impacta o humor e o estado mental, podendo levar à irritação, à depressão, à ansiedade e à desesperança, muito comuns nos quadros de lombalgia”, alerta o especialista.

**Prevenção** – A fisioterapeuta do Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral, do TRF1, Caroline Ferreira, diz que as dores lombares são a segunda maior queixa médica



## ALONGAMENTOS

### Alongamento em pé

Pode ser feito mantendo uma distância das pernas igual à dos ombros, com a coluna reta e os braços totalmente esticados para cima. Também pode ser exercitado colocando as mãos na região do quadril e levando a coluna para trás.



FOTOS RAMON PEREIRA



### Alongamento sentado

Pode ser feito com o uso de uma cadeira, apoiando os braços nas costas da cadeira e esticando a coluna para trás. Outra maneira é, mantendo a coluna ereta, esticar os braços para cima.



**Ambos os alongamentos devem durar de 15 a 20 segundos, podem ser feitos cinco vezes ao dia, sempre que algum desconforto na coluna surgir. Esses exercícios também funcionam como forma de prevenção, sendo recomendados antes e durante o dia de trabalho.**

em todo o mundo, perdendo apenas para os resfriados. “A postura inadequada promove uma tensão na medula espinhal. A pressão intradiscal aumenta cerca de 80% na flexão completa da coluna”, elucida Caroline.

A região lombar é uma área que recebe uma carga grande, principalmente quando estamos sentados ou levantamos peso. “O melhor é prevenir”, garante a fisioterapeuta. É importante corrigir maus hábitos cotidianos – o que requer atenção, paciência e determinação –. “Quanto mais corretamente conseguirmos nos posicionar, menos esforço o corpo precisará fazer e menos desconfortos ou dores surgirão”, diz Caroline, que ensina a maneira ideal de nos sentarmos.

“Aproveite todo o espaço da cadeira, levando o corpo

para trás o máximo que conseguir até chegar ao final do assento”, ensina. Caroline recomenda que o quadril e a coluna fiquem entre 90 e 110 graus para uma melhor acomodação.

Caso não haja prevenção adequada, pode ser preciso um tratamento específico, muitas vezes indicado somente após diagnóstico médico. “Se é uma dor inflamatória, o correto é tomar o medicamento recomendado pelo especialista. Mas, se for uma dor mecânica, há uma série de exercícios que podem ser feitos”, esclarece a profissional.

Cada paciente tem que receber um tratamento diferenciado, de acordo com a intensidade e a sua condição. O médico Rodrigo Amaral recomenda, em primeiro lugar, repouso e analgésicos. Depois, deve-se procurar reforçar

a musculatura da coluna de acordo com seus limites, por meio da fisioterapia.

A prática de exercícios físicos é fundamental, pois “o fortalecimento dos músculos ajuda a dividir as tarefas entre a coluna e a musculatura”, explica o médico.

Quem pratica atividade física regularmente sabe disso – como Neslita da Costa, assessora da 7.ª Turma do TRF1. Ela que recentemente se tornou ultramaratonista, percorrendo um trajeto de 60km na ‘11.ª Volta ao Lago’, no dia 1.º de junho deste ano, não tem do que se queixar. “Não tenho problema nenhum relacionado à coluna. Os músculos estão sempre fortalecidos por conta da musculação, pois, para continuar correndo, é preciso ter toda essa cautela, todo esse cuidado”, reconhece.

Entretanto, é preciso muita atenção na prática de exercícios físicos. Por um descuido, durante o treinamento, a funcionária do Tribunal D.G. deu um mau jeito na coluna há um ano, o que lhe trouxe sérios problemas. “As dores não passavam; até que fiz consulta com um especialista que confirmou três hérnias de disco na minha coluna”, lembra. A servidora fez várias sessões de fisioterapia para sentir-se bem novamente. “Hoje eu voltei à academia, mas só faço exercícios que não possam lesar minha coluna. Todo cuidado é pouco”, alerta.

**Espaço Ricardo Dutra Amaral** – Com os problemas de coluna crescendo no ambiente trabalho, a Divisão de Assistência à Saúde (Diasa) criou, no Espaço Bem-Estar, uma sala de fisioterapia ortopédica, para servidores do Tribunal e seus dependentes, disponível, diariamente, das 8h às 19h. “Quando há vagas, os servidores da Seção Judiciária também podem utilizar a sala”, diz Caroline. Para começar o atendimento, é preciso apresentar o pedido médico com indicação para a fisioterapia. Facilidade essa que influenciou positivamente o comportamento do servidor Paulo da Silva, que foi encaminhado à fisioterapia depois do diagnóstico de problemas na coluna, porém nunca chegou a ir às sessões recomendadas. “Agora que o Tribunal oferece o serviço, vou começar o mais rápido possível”, conta o servidor. ■

### Exercício *Mackenzie*

É realizado deitado. Os braços devem ser posicionados na altura do ombro para erguer o corpo, deixando o cotovelo esticado, mas sem levantar o quadril. Esse movimento deve ser repetido dez vezes e pode ser feito três vezes ao dia, sem nenhuma contraindicação.



FOTOS: RAMON PEREIRA



### SERVIÇO

**Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral, Ed. Anexo I do TRF1**

**Fisioterapia Ortopédica**

**Horário de atendimento: 8h às 19h**

**Contato: (61) 3314-3325**





## TÉCNICA CIRÚRGICA NOVA NO PAÍS FAZ PARAPLÉGICO RECUPERAR MOVIMENTOS

Um novo tipo de cirurgia feito pela primeira vez no Brasil em dezembro pode aumentar a qualidade de vida de pacientes com lesão na medula, que causa a perda de movimentos do corpo. Aplicado em quatro cadeirantes do país, o método permite ao paraplégico ou tetraplégico recuperar a sensibilidade de membros e, com a ajuda de sessões de fisioterapia, dá chances de ele ficar em pé e até caminhar com o auxílio de um andador. O procedimento foi apresentado no dia 4 de junho por especialistas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Ele consiste na implantação de quatro eletrodos junto aos nervos ciático, femoral e pudendo. Os eletrodos, programados para serem controlados pelo paciente, fazem diferentes combinações da largura do pulso, voltagem e frequência. Eles emitem baixas descargas elétricas e estimulam músculos que ajudam no controle das pernas, bexiga, reto, uretra e ânus.

Globo.com

4/junho/2014

## A FEBRE DA GRADUAÇÃO NO EXTERIOR

Cresce em 20% o número de brasileiros matriculados em faculdades americanas em um ano. Até as universidades de ponta nunca estiveram tão acessíveis. Henrique Vaz, 18 anos, foi aprovado em três universidades americanas de ponta – Harvard, Yale e Cornell. Às vésperas de se mudar para os EUA, o jovem vai engrossar o número de alunos brasileiros estudando no país, que no período 2012/2013 atingiu seu recorde: 10.868 estudantes, um crescimento de 20,4% em relação à temporada anterior. “Há muita informação sobre universidades americanas em *sites*, *blogs* e as instituições têm feito mais feiras e palestras no Brasil”, afirma Marta Bidoli, supervisora do centro de orientação *Alumni Advising do EducationUSA*, organização internacional de apoio a alunos que querem estudar nos Estados Unidos.

Isto é

26/junho/2014

## ESTUDANTES CRIAM PROJETO DE APLICATIVO PARA TRADUZIR LINGUAGEM DE SINAIS

Um aplicativo poderia permitir a interação em tempo real entre pessoas que utilizam a linguagem de sinais para se comunicar e aqueles que não sabem compreender o significado dos gestos utilizados. Este foi o projeto idealizado por estudantes da Escola de Comunicação de Berghs, na Suíça, que foi premiado no Festival Internacional de Criatividade de Cannes, maior e mais prestigiado evento de publicidade mundial. O

aplicativo *Google Gesture* (*Google Gestos*, em tradução livre) funcionaria com auxílio de duas faixas eletrônicas utilizadas nos antebraços da pessoa que realiza os sinais. Elas poderiam analisar o movimento dos músculos, associá-los aos gestos e enviar as informações para o *smartphone*, que reproduziria as palavras correspondentes em tempo real.

Veja

21/junho/2014





# O Mal Menor

Estamos atualmente com uma das discussões mais vibrantes e polêmicas que têm aquecido tanto as sessões do Congresso Nacional e do Judiciário quanto a mídia e as ruas: a punição do menor infrator.

A discussão está girando em torno especialmente de um tema: o chamado “rebaixamento da maioridade penal”, ou seja, diminuir para idades que variam entre 16 e 14 anos, de acordo com opiniões mais ou menos acirradas, a possibilidade de o Estado punir os crimes cometidos atingindo a faixa populacional atualmente não abarcada pelo Código Penal (art. 27).

Os acontecimentos noticiados na mídia assustam. Recentemente, na cidade de Sobradinho, a 25 km de Brasília, a câmera de segurança de uma padaria registrou o assassinato de um jovem de 28 anos diante de sua namorada, grávida de 4 meses, e amigos, entre eles uma criança, cometido por um menor de idade. O que mais me chama a atenção é a tranquilidade com que o menor chega e sai do local sem que alguém o impedisse em sua fuga, – e nem poderia, pois ele portava arma de fogo, com a qual perpetrou o homicídio. Outra constatação preocupante: pouco antes, segundo testemunhas, uma viatura da polícia passara pelo local, público, em frente ao comércio de uma movimentada rua.

Infelizmente, o acontecimento não está restrito à tranquila cidade brasiliense nem tampouco à capital federal. Nas grandes metrópoles brasileiras notícias como a descrita acima já se tornaram uma coisa corriqueira, muitas vezes ignorada pela mídia, por se tratar de notícia mais que diária.

Segundo reportagens veiculadas pelo programa “Bom Dia Brasil”, da Rede Globo, e pelo jornal Folha de São Paulo, os menores são responsáveis por cerca de 30% dos crimes cometidos em Brasília, por 1% dos homicídios dolosos (com intenção) e 2,6% dos latrocínios no estado de São Paulo. Já o jornal “Correio Brasiliense” afirma que um crime é cometido por menor de 18 anos a cada 90 minutos. O Ministério da Justiça, por sua vez, diz que menos de 1% dos crimes têm menores como autores no País.

Estatísticas à parte, o fato é que alguma coisa não está dando certo. Ou a legislação não é suficientemente rigorosa ou o sistema não reeduca o menor infrator – constatação óbvia diante da reincidência quase total de ex-detentos – ou a sociedade precisa adotar outros modelos de repressão criminal.

Outros países possuem sistemas diferenciados, mas, em grande parte deles, a menoridade penal está muito abaixo da proclamada por nossa legislação criminal. Em países como o vizinho Chile, o Canadá, a Alemanha, a Inglaterra e o País de Gales a menoridade varia entre dez e 15 anos, sendo que nos EUA o menor pode sofrer até a pena de morte, e no Reino Unido a prisão só pode ser aplicada depois dos 15.

Ressalto, por oportuno, que o Reino Unido registrou um dos casos mais aberrantes de crimes cometidos por

menores de que tenho notícia: recentemente, foram soltos dois jovens, agora com 18 anos, John Venable e seu colega Robert Thompson, que aos 10 anos de idade atraíram o menino James Bulger, de dois anos, para um lugar remoto e o mataram de forma cruel.

Frei Betto, escrevendo para a mídia “Pragmatismo Político”, assevera que os países que reduziram a maioridade penal não só não reduziram a violência como também alguns, como a Alemanha, já pensam em voltar atrás.

Não é minha pretensão ser alarmista ou demonizar a nossa juventude. O fato é que não podemos mais tratar nossos adolescentes como anjos inocentes – nem como demônios infernais –, mas com o tempero devido à gravidade dos atos por eles cometidos.

Reduzir a menoridade criminal com certeza não é a única solução – se é que realmente isso seria eficaz –. Em meu juízo, de humilde bacharel em Direito, sem nenhuma formação em psicologia, antropologia ou sociologia – o que me permitiria estudar com mais profundidade as mazelas de nossa sociedade –, precisamos mudar todo um sistema – seja o legal, seja o de administração carcerária – para que os efeitos positivos comecem a surgir.

Primeiramente, acredito que mais eficaz que a redução da maioridade seria apenas os crimes graves e degradantes – como, por exemplo, homicídio, estupro, latrocínio, tráfico de entorpecentes – com as mesmas penas dos cometidos por adultos; ainda mais que vemos, especialmente no tráfico, jovens sendo usados como escudo para o cometimento de crimes.

A segunda medida que se mostra necessária é a diferenciação da segregação penal. Sabemos que nossas cadeias são verdadeiras universidades do crime. O ladrão de galinhas, preso juntamente com o traficante, sai de um secundarista do crime para um graduado e até um mestrando da vida criminosa. A segregação teria que ser distinta – o que não é uma realidade na maioria de nossas cadeias – tanto quanto à faixa etária como quanto à qualidade dos crimes cometidos, não se permitindo sequer comunicação entre as diversas categorias para se evitar uma “contaminação” tão comum.

Não estou aqui fazendo uma tese, apenas um comentário; quem sabe, um desabafo pelo horror que se tornou cotidiano em nossas cidades, pela dor que vejo nos olhos das famílias das vítimas e – porque não – das famílias dos meninos que se enveredam por esse tortuoso caminho. Se eu tenho a solução? Não sei, sou apenas um cidadão preocupado, mas não desisto de pensar em uma alternativa e, especialmente, de crer que a solução exista. Só de uma coisa sou convicto: que as medidas urgem. ■

\*Analista Judiciário do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região

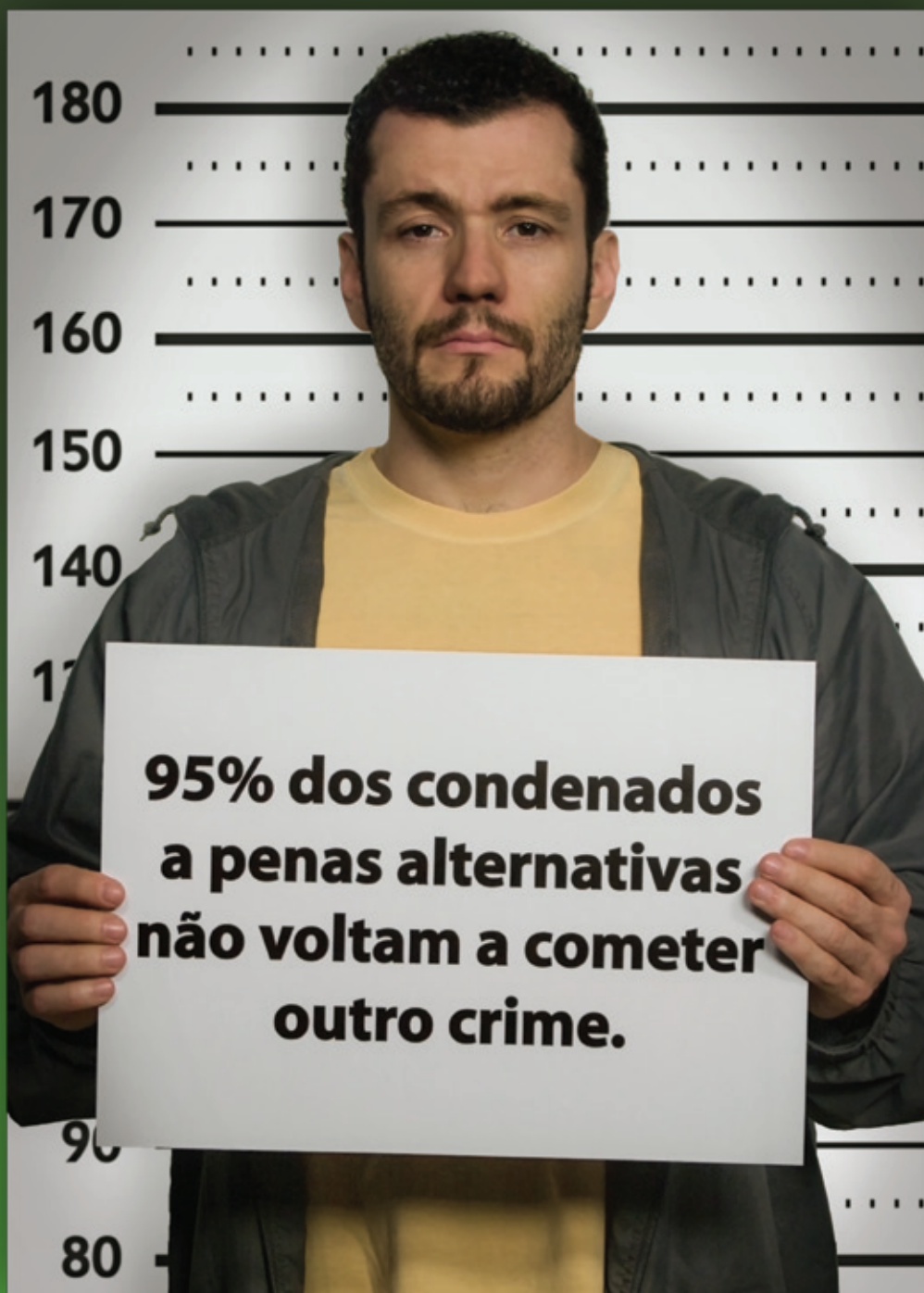
1. <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/03/menores-sao-responsaveis-por-30-dos-crimes-na-capital-federal.html>, edição de 07/03/2014

2. [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/01/04/interna\\_cidadesdf,285052/um-delito-e-cometido-a-cada-90-minutos-por-jovens-menores-de-18-anos.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/01/04/interna_cidadesdf,285052/um-delito-e-cometido-a-cada-90-minutos-por-jovens-menores-de-18-anos.shtml)

3. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/segundo-ministerio-da-justica-menores-cometem-menos-de-1-dos-crimes-no-pais,27/02/2014>, por Sylvio Costa.

4. <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/todos-os-paises-que-reduziram-maioridade-penal-nao-diminuiram-violencia.html>

**A solução não é punir menos,  
é punir melhor.**



O infrator que comete um crime grave, deve ser punido com prisão. Mas será que todo crime é igual? Crimes sem violência contra a pessoa, em que a pena seja inferior a quatro anos, podem ser revertidos em serviços comunitários em benefício da sociedade.

**Não é melhor para ele?  
Não é melhor para todos?**

O Conselho Nacional de Justiça está propondo medidas para modernizar a Justiça Criminal. Não é punir menos, é punir melhor.

**Participe: [www.cnj.jus/justicacriminal](http://www.cnj.jus/justicacriminal)**

**CNJ** CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA  
O Brasil faz justiça.





Praça dos Tribunais Superiores  
SAS, Quadra 2, Bloco A  
CEP: 70095-900  
Brasília - Distrito Federal  
[primeiraregiaomrevista@trf1.jus.br](mailto:primeiraregiaomrevista@trf1.jus.br)  
[www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)